

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ATUÁRIA
Departamento de Economia

JOYCE DOS SANTOS DE MATOS

**SALÁRIO E CONSUMO DOS TRABALHADORES: DE
FHC AO BRASIL ATUAL**

**Monografia de Bacharelado em Ciências
Econômicas**

São Paulo

Maior/2022

JOYCE DOS SANTOS DE MATOS

**SALÁRIO E CONSUMO DOS TRABALHADORES: DE FHC
AO BRASIL ATUAL**

Monografia submetida à apreciação de banca
examinadora do Departamento de Economia,
como exigência parcial para a obtenção do
grau de Bacharel em Ciências Econômicas,
elaborada sob a orientação do Professor César
Roberto Leite da Silva.

Maior/2022

O autor desta obra autoriza sua publicação eletrônica na Biblioteca Digital da PUC-SP.

Este trabalho é somente para uso privado de atividades de pesquisa e ensino. Não é autorizada sua reprodução para quaisquer fins lucrativos. Esta reserva de direitos abrange todos os dados do documento bem como seu conteúdo. Na utilização ou citação de partes do documento é obrigatório mencionar nome da pessoa autora do trabalho e demais itens da referência bibliográfica.

Matos, Joyce dos Santos de.

Salário E Consumo Dos Trabalhadores: De FHC Ao Brasil Atual / Joyce dos Santos de Matos – São Paulo, 2022.

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Econômicas

Orientador: César Roberto Leite da Silva.

1. Salário Mínimo 2. Renda - Distribuição 3. Impactos das políticas econômicas.

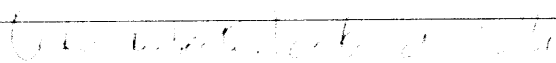
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária.

DADOS DO ALUNO	
NOME: Joyce dos Santos de Matos	
CURSO: Ciências Econômicas	SEM./ANO DE INGRESSO:

TIPO DE TRABALHO
<input checked="" type="checkbox"/> MONOGRAFIA
<input type="checkbox"/> PRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO DO TRAB. DE CONCLUSÃO DO CURSO – BACH.
<input type="checkbox"/> PRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO DO TRAB. DE CONCLUSÃO DO CURSO – LIC.
<input type="checkbox"/> PROJETO DE CENA
<input type="checkbox"/> PROJETO MONOGRÁFICO
<input type="checkbox"/> TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO
<input type="checkbox"/> OUTRO:

DADOS DO TRABALHO	
TÍTULO: Salário e consumo dos trabalhadores: de FHC ao Brasil atual	
ORIENTADOR: César Roberto Leite da Silva	
COMISSÃO EXAMINADORA	
PROF. 1: César Roberto Leite da Silva	
PROF. 2: Jason Tadeu Borba	
PROF. 3: Pedro Hubertus Vivas Agüero	
DATA DA AVALIAÇÃO DO TRABALHO: 27/06/2022	NOTA: 9,75

PROFESSOR ORIENTADOR DO TRABALHO	
OBSERVAÇÕES:	
DATA: 27/06/2022	ASSINATURA: 

Formulário SAE 05 – Versão 02 – 17/10/14

Regulamentação:

- Projetos Pedagógicos dos Cursos

Para uso da SAE	
Obs.: _____	

Data: ___/___/___	Assinatura: _____

Este trabalho de pesquisa é inteiramente dedicado à minha mãe. A maior incentivadora das realizações dos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Dedico este projeto a todos os professores que me influenciaram na minha trajetória. Agradeço a todos os professores por me proporcionar o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, por tanto que se dedicaram a mim, não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender. Em especial o professor César Roberto Leite da Silva, meu orientador, com quem compartilhei minhas dúvidas e angústias a respeito do tema.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo avaliar a importância do salário mínimo, sendo uma instituição que o mercado de trabalho utiliza atualmente em grande parte dos países capitalistas, sejam eles desenvolvidos ou em desenvolvimento. Avaliar a importância do salário mínimo para a promoção de uma sociedade mais igualitária e mostrar que, ao contrário do que é defendido por algumas correntes do pensamento econômico como o neoliberalismo, a sua valorização não apenas é compatível com o crescimento econômico como pode constituir-se em peça fundamental num modelo de crescimento como o adotado no período de 2004-2010.

Inicialmente, é observado o papel desempenhado pelo salário mínimo, no Brasil, dentro dos diferentes contextos político-econômicos, desde a sua criação, instituído pelo governo Getúlio Vargas em 1940. Apesar da sua abrangência ainda relativamente reduzida, demonstra-se que, até o golpe de 1964, o salário-mínimo foi se consolidando no sentido de atender a sua função básica de proteção à renda da família do trabalhador. A partir do golpe ele mostra que passou por períodos longos de desvalorização e um período de alta concentração de renda. Apenas no período mais recente, a partir de 1995, ele voltou a desempenhar uma trajetória de recuperação, fundamental para recuperar seu poder de compra, que atualmente é inferior àquele no momento de sua criação.

O segundo capítulo apresenta uma síntese da trajetória histórica da política de salário mínimo no Brasil do pós-golpe de 1964, até o governo FHC. O terceiro capítulo apresenta a trajetória de valorização a partir de 1995 até 2008 analisa a dinâmica de valorização no mercado de trabalho e a questão da distribuição dos rendimentos do trabalho. Será abordado o período de crise econômico política, a mudança de governo e as políticas neoliberais que entram em vigor a partir de 2015 até 2020.

Palavras-chave: salário mínimo, rendimentos do trabalho, distribuição de renda.

Código JEL: E24, J3

ABSTRACT

This work aims to evaluate the importance of the minimum wage, being an instrument used in most capitalist countries. To evaluate the importance of the minimum wage for promoting a more egalitarian society and showing that, contrary to what is defended by some school of economic thought such as neoliberalism, its valorization is not only compatible with economic growth, but can also constitute a fundamental part of a growth model such as the one adopted in the period of 2004 to 2010.

Initially, the role played by the minimum wage in Brazil is observed within the different political-economic contexts. Since its creation by the Getúlio Vargas government in 1940. Despite its still relatively reduced scope, it is shown that, until the 1964 coup, the minimum wage was consolidated in order to meet its basic function of protecting the income of the worker's families. Since the coup, it's shown that it went through long periods of devaluation and of high concentration of income. Only since 1995 did it begin a recovery path and started increasing its purchasing power. Still, the buying power is currently lower than at the time of its creation.

The second chapter presents a synthesis of the historical trajectory of the minimum wage policy in Brazil from the post-1964 coup until the FHC government. The third chapter presents the trajectory of valorization from 1995 to 2008, analyzing the dynamics of valorization in the labor market and the issue of the income distribution. The period of political and economic crisis, the change of government and the neoliberal policies coming into force from 2015 to 2020 will also be addressed.

Keywords: minimum wage, labor income, income distribution.

JEL Classification:E24, J3

ÍNDICE DE TABELAS e GRÁFICOS:

TABELAS

Tabela 1. Salário mínimo vigente, PIB, IGP-DI e IPCA. Brasil, 2011-2016.....	32
---	-----------

GRÁFICOS

Gráfico 1. IGP-DI e Salário mediano nominal.....	13
Gráfico 2. Salário Mínimo Real Mensal.....	24
Gráfico 3. Salário mínimo e Índice de Gini (1995 a 2014)	26
Gráfico 4. PIB x Salário Mínimo.....	33
Gráfico 5. Índice de Gini da renda do trabalho domiciliar per capita.....	38

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. Conceito	4
1.1 Origem.....	5
1.2 Tendências globais da política de salário mínimo do século XXI.....	6
1.3 Histórico do Salário Mínimo no Brasil.....	7
1.3.1 Desvalorização – 1946 a 1951	9
1.3.2 Valorização real – 1952 a 1964	11
CAPÍTULO 2 - EVOLUÇÃO DA POLÍTICA DE SALÁRIO MÍNIMO NO BRASIL DE 1964 a 1995	16
2.1 – O Milagre Econômico e o crescimento das desigualdades (1964 a 1975)	16
2.2 – Leve recuperação dos salário mínimo (1975 a 1983)	19
2.3 – Crise da dívida, hiperinflação e deterioração dos salários (1984 a 1994)	21
2.4 – Valorização e recuperação dos salários e o poder de compra dos trabalhadores: Governo FHC (1995 a 2002)	23
CAPÍTULO 3 – O SALÁRIO MÍNIMO E SEUS IMPACTOS: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS RECENTES SOBRE O CONSUMO DOS TRABALHADORES..	28
3.1 – A valorização do salário-mínimo: Governo Lula-Dilma (2003 a 2016)28	
3.2 – Perda de poder de compra e estagnação dos salários-mínimos: Governo Temer-Bolsonaro (2016 a 2021)	33
Considerações Finais	40
REFERÊNCIAS BIBIOGRAFICAS	43

INTRODUÇÃO

Em 1º de maio de 2020 o salário mínimo completou 80 anos no Brasil. Sua adoção ocorreu no governo Getúlio Vargas e fez parte de um amplo movimento da luta operária para a instituição de leis trabalhistas em todo o país. O objetivo, no momento de sua adoção, era assegurar um rendimento mínimo aos trabalhadores menos remunerados que garantisse a sobrevivência deles e de suas famílias.

O salário mínimo foi definido por lei, e teria que ser “*capaz de atender às suas necessidades [do trabalhador] vitais básicas e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, reajustado periodicamente, de modo a preservar o poder aquisitivo (...)*” (Constituição da República Federativa do Brasil, capítulo II, Dos Direitos Sociais, artigo 7º, inciso IV), o que não foi efetivamente realizado, ficando bastante distante dos objetivos estipulados por lei.

Em tese, pois durante o período inicial de sua vigência, o salário mínimo passou por reajustes cujo objetivo era apenas manter e/ou recuperar o poder de compra perdido durante seu reajuste. Durante o Milagre Econômico (1968-73), por exemplo, período em que o modelo adotado era de concentrador de renda, o crescimento acelerado do PIB não garantiu uma melhoria a posteriori na sua distribuição e, além disso, se deu de forma concomitante a uma piora dos indicadores sociais (FONSECA,2004). Entretanto, com o início do período inflacionário elevado, o salário mínimo deixou de ter reajustes que garantissem seu poder de compra e passou a ser instrumento de combate à inflação, tendo acumulado ao longo de várias décadas perdas reais bastante significativas.

Em contrapartida, a partir dos anos 1990, começa-se uma “erupção” por parte de múltiplos segmentos sociais, sobre a importância de se criar uma política que não apenas mantivesse o poder aquisitivo do salário mínimo, como também tivesse ganhos reais. O propósito de ter ganhos reais, não resulta apenas da necessidade de se recuperar o poder de compra perdido do salário mínimo desde sua institucionalização, mais que isso, uma política de valorização do salário mínimo deveria ter como objetivo a distribuição dos ganhos decorrentes do desenvolvimento econômico e a diminuição da desigualdade social e da pobreza no país. Portanto, o

salário mínimo passou a assumir um novo papel, tornando-se uma política fundamental para garantir o desenvolvimento econômico.

A aceleração do crescimento brasileiro no período que vai de 2004-2010 se deu conjuntamente a uma série de políticas que visaram à melhoria na distribuição de renda e, diferentemente do que diziam as teorias neoliberais que prevaleciam durante as décadas anteriores, tais políticas, ao impactar positivamente o consumo das famílias, mostra-se como fatores indutores do crescimento. Portanto, se por muito tempo questionou-se os efeitos negativos da destruição de renda.

Porém, após um período de crise política de 2014-2016, foram perdidas as ideias de melhorias de distribuição de renda, e no período de 2016-dias atuais, ideologias neoliberais, voltam a fazer parte da agenda econômica, desmobilizando o poder dos sindicatos e a valorização dos salários, sendo o reajuste anual, inferior a inflação do período, levando ao aumento da concentração de renda e diminuição do poder de compra dos trabalhadores.

Os temas que envolvem a discussão acerca do salário mínimo são bastante amplas: salário mínimo e impacto no mercado de trabalho, vinculação ao piso beneficiário, inflação, desemprego, redução da desigualdade, entre outras.

O objetivo do presente estudo é analisar o salário mínimo e sua importância para a valorização dos rendimentos advindos do trabalho e para a distribuição dos rendimentos do trabalho no país. Para este propósito, o estudo foi dividido em três partes, além desta introdução e das considerações finais.

No primeiro capítulo, antes de discorrer a respeito do histórico do salário mínimo no Brasil, são revisados o seu conceito e origem no mundo, como as suas tendências globais no século XXI. Em relação ao seu histórico, é abordado a intensificação da luta operária em 1915, com a chegada dos imigrantes europeus, e termina com o início do governo militar, pós-golpe. A partir da sua criação em 1940, procura-se avaliar a capacidade do salário mínimo de proteger a renda dos trabalhadores ao longo do tempo e a forma como essa política se relacionou com a conjuntura política e os programas econômicos-sociais dos diferentes governos. Neste trabalho busca-se cobrir o período do corporativismo varguista, o desenvolvimentismo

de Juscelino Kubitscheck, com ampliação do emprego e expansão do mercado interno.

No segundo capítulo, é discutido a trajetória que a política teve durante o período de ditadura militar com o enfraquecimento dos movimentos sociais e o acirramento do conflito distributivo no governo João Goulart. O período do “arrocho salarial” e a repressão dos sindicatos, e, finalmente a crise da dívida externa e a hiperinflação dos anos 1980. No final do capítulo período de 1995-2003, caracterizado pela política recente de valorização do salário mínimo.

No capítulo terceiro é discutida a trajetória que a política do salário mínimo desenvolveu a partir de 2003, sobre o grande avanço explicitado na instituição de um critério definido em lei para a valorização do piso nacional, e posterior, caracterizado pela política recente de desvalorização do salário mínimo e perda do poder de compra no período mais recente. São colocados os elementos que tornaram possível a compreensão dos fatores que possibilitaram a formação de uma conjuntura favorável para esta política.

Para finalizar, serão apresentados alguns elementos indicativos sobre a importância que a política teve, papel relevante para a redução da desigualdade dos rendimentos advindos do trabalho, tanto no primeiro quanto no segundo período de análise e a sua perda a partir de políticas neoliberais a partir de 2016. Enfim, o que se pretende com esse estudo é mostrar o quanto a política de salário mínimo foi importante para a economia brasileira como estratégia de desenvolvimento econômico, associada à distribuição mais igualitária de renda.

CAPÍTULO 1 – A DETERMINAÇÃO DOS SALÁRIOS

1. Conceito

Adam Smith, já no século XVIII, considerou que os salários dos trabalhadores deveriam estar acima das condições mínimas de subsistência (alimentação, habitação, vestuário). Introduzindo uma dimensão ética à distribuição da renda e à formação dos salários.

Nenhuma sociedade pode ser florescente e feliz, seja grande maioria de seus membros sejam pobres e miseráveis. Além disso, manda a justiça que aqueles que alimentam, vestem e dão alojamento ao corpo inteiro da nação, tenham uma participação tal na produção de seu próprio trabalho, que eles mesmos possam ter mais do que alimentação, roupa e moradia apenas sofríveis. (Smith, v.1 p.131, 1996)

O Salário mínimo é determinado pela contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, capaz de satisfazer as necessidades básicas da cesta de bens, tais como alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte. (DIEESE, 2005). Em alguns países, é estabelecida por lei como no Brasil a política dos salários mínimos se origina com a criação da Lei 185, de 14/01/1936, já em outros é realizado pelo tripartismo e diálogo social, é realizado através da OIT que busca atender as necessidades das trabalhadoras e trabalhadores reunindo governos, organizações de empregadores e sindicatos para estabelecer normas de trabalho, desenvolver políticas e elaboração de programas. (OIT, 2008)

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o salário mínimo é como uma renda que fornece uma base para a estrutura salarial a fim de proteger os trabalhadores na base da distribuição de salários. Através de Convenções e Sugestões, há instrumentos que auxiliam na regulamentação de salários para os países membros, que garanta condições mínimas de subsistência para os trabalhadores e suas famílias, e pode variar de acordo com o padrão médio de consumo da sociedade. Segundo a OIT salários mínimos são um instrumento de política quase universal e são aplicados em mais de 90 por cento dos Estados membros. (ILO, 2008 / 09, p.34)

Decorrente disso, observa-se que ao conectar o salário mínimo a condições mínimas a condições mínimas de subsistência, se introduz uma dimensão moral e ética à distribuição de renda e à sua formação dos salários. O Brasil, dessa forma,

como sendo um dos países membros da OIT desde a sua fundação e tendo validações aos acordos referentes aos métodos de fixação do salário mínimo, demonstra-se de acordo com os padrões estabelecidos pelo órgão.

Levando-se em consideração esses aspectos, no Brasil, de acordo com o disposto no artigo 7º, inciso IV, da Constituição Federal de 1988, o salário mínimo é definido como:

“..., são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim”. (BRASIL, 1988).

1.1 Origem

O salário mínimo foi um dos marcos históricos conquistados pelos trabalhadores decorrente de um longo período de luta por condições melhores de trabalho e contra a exploração por parte dos empresários. Dessa forma, só é possível expor tais complexidades sobre o tema quando analisamos a sua realidade histórico-cultural. Partindo da análise econômica de políticas que envolvem o salário mínimo, pode-se recapitular a questão histórica que é capaz de situar o tempo e o espaço.

“À luz da história, é possível compreender com mais acuidade os problemas atuais. A concepção histórica mostra como foi o desenvolvimento de certa disciplina, além das projeções que podem ser alinhadas com base no que se fez no passado, inclusive no que diz respeito à compreensão dos problemas atuais. Não se pode, portanto, prescindir de seu exame. É impossível ter o exato conhecimento de um instituto jurídico sem se proceder a seu exame histórico, pois se verifica suas origens, sua evolução, os aspectos políticos ou econômicos que o influenciaram.” (MARTINS, 2009, p.3).

No final da década do século XIX, Antiga e permanente reivindicação dos trabalhadores nos países industrializados durante o período abordava a questão do salário deprimido e assim se inicia pela primeira vez na Nova Zelândia e em partes da Comunidade Australiana. Na mesma época também fizeram em alguns estados da

federação americana, como forma de combate ao *sweating system* (sistema de suor) existente na exploração desumana do trabalho em domicílio.

Já no século XX, com a Constituição Mexicana (1917) e a Constituição de Weimar (1919), buscaram garantir esses direitos considerados fundamentais. A Conferência Internacional do Trabalho de Washington (1919), foi um passo inicial para o salário mínimo, países foram implantando sistemas de proteção contra os baixos salários, porém inicialmente com pouca cobertura, restringindo-se aos trabalhadores mais vulneráveis. Podemos citar França (1915), Noruega (1918), Áustria (1918), Tchecoslováquia (1919), Alemanha (1923), Espanha (1926) e Bélgica (1934). (International Labour Office, 1954; Dieese, 1992).

A Revolução Russa de 1917 e a possível ameaça que organizações e movimentos traziam a ordem liberal, foi a partir do Tratado de Versalhes, de 1919, se torna de extrema relevância para a criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a rápida internacionalização do Direito para os trabalhadores, que iria incumbir-se de proteger as relações entre empregados e empregadores no âmbito internacional, expedindo convenções e recomendações nesse sentido. (MARTINS, 2009, p.9). Como forma de barrar que ideias revolucionárias fossem adotadas pela classe trabalhadora, tais como diminuição das horas de trabalho, lei de oferta e procura fosse flutuante.

1.2 Tendências globais da política de salário mínimo do século XXI

Segundo a OIT, no início do século XXI até o ano de 2007, o salário mínimo viveu seu momento de seu maior auge, tendo apresentado ganhos reais e substancial aumento no poder de compra de quem ganha salário mínimo.

Ainda segundo a organização, os ganhos reais em economias desenvolvidas tiveram um aumento de 3,8 por cento enquanto em países em desenvolvimento foi ainda maior, alcançando um aumento de 6,5 por cento.

Our trends reveal that in recent years, minimum wages have enjoyed something of a revival. Globally, over the period 2001–07, more than 70 per cent of the countries included in our sample increased their minimum wages in real terms. On average, the minimum wages in all countries increased by 5.7 per cent in real terms. This represents a substantial gain in the purchasing power of those earning minimum wages compared with the beginning of the century, and is in contrast with some previous periods, when the real value of

minimum wages declined. Real gains for those earning minimum wages were substantial in both developed economies (+3.8 per cent) and developing countries (+6.5 per cent). (ILO, 2008 / 09, p.35).

Países como África do Sul, Brasil, China, entre outros, estão aumentando cada vez mais seus salários mínimos para fornecer proteção social a categorias de trabalhadores vulneráveis e desorganizados. O Brasil revitaliza suas políticas de salário mínimo para ajudar a reverter a queda nos salários dos trabalhadores mal pagos.

Developing countries are also increasingly uprating their minimum wages to provide social protection to vulnerable and unorganized categories of workers. Regional powers such as Brazil, China and South Africa are among the main drivers of this upward trend. In China, for example, new regulations on minimum wages were issued in 2004 in the face of growing concerns about increasing wage inequality. In Argentina and Brazil, minimum wage policies were revitalized to help reverse the decline in the wages of low-paid workers. And in South Africa, wage floors were introduced in 2002 to support the wages of millions of low-paid workers in different economic sectors. (ILO, 2008 / 09, p.35).

Segundo o DIESSE, o movimento global do salário mínimo tem sido, desde a crise de 2008, de arrefecimento da tendência de crescimento. (DIESSE, 2015)

Já no Brasil, apesar de uma crescente política de aumento dos salários mínimos na primeira década do século XXI, chega ao final de seu ciclo virtuoso de expansão dos salários decorrente de um conjunto de fatores, crise política e econômica, nacionais e internacionais, a partir do ano de 2014. (DIESSE, 2019)

1.3 Histórico do Salário Mínimo no Brasil

O Salário mínimo foi instituído apenas em 1940, durante o período ditatorial conhecido como Estado Novo, sob administração do presidente Getúlio Vargas. O motivo era proporcionar uma renda mínima para o trabalhador, como forma de suprir suas necessidades mínimas para o trabalhador e sua família. Porém a instauração não se deu de forma espontânea e tampouco se deve desconsiderar o movimento dos trabalhadores, o início se dá no final do século XIX com a intensificação da luta dos operários por melhores condições de trabalho no Brasil, o fator chave foi a chegada de imigrantes europeus para trabalhar nas fábricas brasileiras o que colaborou para uma maior organização da classe.

As lutas sindicais dos trabalhadores no Brasil começaram a ocorrer, de forma mais intensa e organizada, no final do século XIX. Os movimentos pelos direitos do trabalho no Brasil, na década final do século XIX e nas duas iniciais do seguinte (GOMES, 2002).

Já na década de 1920, fica marcada com greve dos trabalhadores gráficos de 1923, fica explícita a necessidade de se calcular o custo de vida “de um lar operário, uma vida modesta e humilde”, tentando-se implantar, mais precisamente, pisos diferenciados por função para a categoria (DIEESE, 1992). Em 1928,

Com o decorrer da década mais manifestações eclodiram com a principal pauta de piso salarial mínimo. Algumas frentes operárias com ideologias comunistas também foram de extrema relevância para a criação do salário mínimo, pois foi vista como uma ameaça à classe empresarial.

O Bloco Operário Camponês, criado em 1928 sob estímulo do Partido Comunista, então na clandestinidade, tinha, entre suas principais bandeiras de luta, a defesa da regulamentação, por lei, de direitos dos trabalhadores, como o SM, férias, fim dos acidentes e normas protetoras para as crianças. (GIANNOTTI, 2007, p. 89)

Dessa forma, no início da década de 1930, o salário mínimo vem como item de proposta empresarial, com forte apoio da FIESP. A década também foi marcada pelo recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1934. Embora tenha sido instituída em 1940, já estava presente na Constituição de 1934 e 1937, e os métodos para a determinação do seu valor já eram presentes na Lei nº185, de 14 de janeiro de 1936 e no Decreto-Lei nº 399, de 30 de abril de 1938.

Os valores dos salários foram definidos a partir da Comissão dos salários mínimos que seria encarregada pela criação da Lei, para a fixação do valor para cada uma das 22 regiões, para tal fixação foi utilizado análises que levassem em conta o custo para fazer frente às necessidades vitais explicitadas na Constituição, além da realidade econômica e dos salários efetivamente pagos na região.

Art. 9º O salário mínimo será fixado para cada região ou zona, de modo geral, ou segundo as identidades das condições e necessidades normais da vida nas respectivas regiões após minucioso inquérito censitário sobre as condições econômicas locais, inclusive no que se refere aos salários efetivamente pagos, a fim de proporcionar às Comissões de Salário os elementos de que carecem, para avaliarem a importância dos recursos

mínimos indispensáveis à satisfação das necessidades normais do trabalhador. (BRASIL, 1936).

Em 1946, com a nova Constituição modifica o conceito de salário mínimo a fim de não considerar apenas as necessidades do indivíduo, mas passando a considerar as necessidades da família, entrando em conformidade com a Convenção de 131 da OIT, que foi instituída em 1970.

Com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, sendo considerado mais um avanço para manter o projeto conservador de “harmonia e cooperação” entre as classes dos trabalhadores e os empresários. O destaque no que se refere a salário mínimo, foi a incorporação expressa do trabalhador rural em sua definição e a advertência de que o mesmo deveria ser pago pelo empregador. Entretanto, segundo DIESSE (2010), mesmo com as alterações, o salário só entra em vigor com o Estatuto do Trabalhador Rural com aprovação da Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963.

1.3.1 Desvalorização – 1946 a 1951

Em 1943, o salário mínimo passa por um reajuste, respeitando o prazo máximo legal estabelecido de um triênio para correção. Segundo Sabóia (1985) a relação entre o maior e o menor salário das regiões passou de 2,67 vezes para 2,23 vezes e a quantidade de salários mínimos aumentou de 14 para 16.

Porém, como o final da Era Vargas em 1945, os salários deixaram de ser reajustados durante oito anos, passando do máximo legal estabelecido de um triênio à sua correção. O Governo Dutra (1946-1951), possuía um caráter mais liberal e mesmo com altas taxas inflacionárias de cerca de 12% ao ano na média de 1943 a 1951. Entre outras medidas tomadas pelo presidente Dutra que desmontou uma série de instrumentos dedicados a organizar a economia e interveio em inúmeros sindicatos. (DIESSE, 2010).

O Governo Dutra, ao ampliar as relações comerciais do Brasil com os EUA, favorecendo a entrada de capital no norte americano no país e estimulando as importações. As reservas cambiais que foram adquiridas durante a Segunda Guerra Mundial foram gastas em importações. O impacto disso, se gerou maiores custos, favorecendo o investimento de capital estrangeiro, em contrapartida ocasionou no

congelamento de salários, recessão econômica, inflação alta e perda do poder aquisitivo de parte da população brasileira.

A política de congelamento de salários era uma estratégia para aumentar ainda mais o lucro de empresas estrangeiras. O período foi de concentração de renda, gerando um distanciamento social e econômico ainda maior entre as classes. A situação social brasileira no governo Dutra era caótica e travou-se uma batalha feroz com movimentos trabalhistas que eram reprimidos violentamente. Dessa forma, o salário mínimo nesse período foi adotado, assim como em diversos outros períodos de sua trajetória, como mera variável de ajuste da acumulação e do controle inflacionário.

Dutra, mobilizou o sistema de proteção social executado por Vargas contra seus supostos beneficiados (SILVA, 2009, p.53). A política deliberada de incompatibilidade à legislação dos salários, durante o seu mandato, gerou, uma redução do valor real do salário mínimo cerca de 37,53% do valor inicial.

O governo Dutra consistiu em uma política de arrocho salarial, com transferência de renda dos trabalhadores para os empresários, foi um impulso para a industrialização.

Uma das maneiras mais simples de coibir surtos inflacionários dali para frente foi o congelamento do salário mínimo, o que implicava, como externalidade, transferência de renda do trabalho para o capital e crescimento do fosso entre os mais ricos e os mais pobres. (SILVA, 2009, p.59)

Para Singer, também houve uma política de arrocho salarial no governo Dutra, o autor ainda salienta que tal política foi bastante solícita para a classe empresarial.

O Governo Dutra (1946-51) combinou a contenção do gasto público (sobretudo do investimento público) com a repressão ao movimento operário. O SM foi arrochado, o déficit público foi reduzido, mas nada disso impediu que a inflação continuasse acima de 10% anuais de 1949 em diante. (...) A postura desse governo foi extremamente conservadora: solícito para a classe capitalista, duro para as classes trabalhadoras. (SINGER, 1993, p.69)

Os baixos salários atrasaram a formação de um mercado consumidor forte e compatível com o potencial do país.

Se Vargas quis, com o salário mínimo elevado, expandir o mercado de consumo, Dutra queria fazer o contrário. O governo já buscava, nessa época, favorecer um processo de acumulação em detrimento dos trabalhadores, e usava o controle inflacionário como desculpa. (...) Dificilmente, alguém que não tivesse condição de se alimentar dignamente iria provocar perturbações no mercado de consumo. Pelo contrário: a baixa renda da população em geral não proporcionava um ambiente favorável à abertura de novos negócios, porque o mercado consumidor era débil. (SILVA, 2009, p.54)

Silva ainda completa que a política de liberalização feita pelo presidente Dutra, seguindo os parâmetros do governo dos EUA e da UDN, teve um forte impacto sobre as rendas mais baixas e concluído que:

A estratégia de usar a política pública do salário mínimo e o aparato sindical corporativista contra os trabalhadores, testada pela primeira vez no Governo Dutra, foi talvez o principal dos fatores que transformaram o Brasil em um dos países com maior desigualdade social do mundo. (...) Os trabalhadores de salário mínimo, mesmo sem reajuste por quase oito anos, transferiram renda ao capital, via inflação. (SILVA, 2009, p.55)

Dessa forma, o governo Dutra ao acreditar que a esterilização da renda resultante do arrocho salarial, decorrente do congelamento do salário mínimo, em conjunto com a contração do crédito e dos investimentos públicos resolveriam, ao mesmo tempo os principais combustíveis do processo inflacionário: a demanda não contida e o déficit público, porém sem êxito.

1.3.2 Valorização real – 1952 a 1964

Com as eleições de 1950, Getúlio Vargas voltou ao poder presidencial após ser eleito. Seu mandato se iniciou em 1951 e ainda no final daquele ano foi anunciado um reajuste dos salários para janeiro de 1952. O alvo principal desse primeiro reajuste era recuperar o poder de compra do salário mínimo, corroído pela inflação do período de 1943-1951. Decorrente disso, os pisos, em geral, foram elevados de forma significativa.

Porém, mesmo com a elevação considerável do valor médio dos salários mínimos e a aproximação maior por Vargas das classes trabalhadoras, em comparação ao ex-presidente Dutra, tais medidas não se mostraram suficientes para conter a insatisfação popular. O custo de vida em diversas regiões do país continuou

a subir de forma progressiva. A classe operária passa a cobrar mais intensamente as melhorias que foram prometidas pelo governo e nesse momento diversas greves explodiram pelo país. Podemos considerar a mais expressiva delas a ocorrida em São Paulo, a cidade sofreu com a alta inflação, ocasionando a corrosão do poder de compra dos salários. Após a greve dos 300 mil, em março de 1953, por meio das reivindicações se obtém melhorias salariais, conquista-se um aumento de 32% para os operários urbanos.

Em maio de 1954, Vargas concedeu o segundo reajuste do salário mínimo do seu governo. Esse reajuste em especial foi bastante elevado e diferenciado. No Rio de Janeiro, a variação nominal, atinge os 100% ante a um aumento do custo de vida de 53,8%. Em Minas Gerais, o reajuste do salário mínimo chega a ser superior a 200%. Em contrapartida, na região do interior do Pará o reajuste apresentou apenas 14%. A relação entre o maior e o menor salário mínimo atingiu um ápice jamais visto. Gerando insatisfação da população e da oposição. Esse polêmico reajuste foi um dos motores para o agravamento da crise política que resultou com o “suicídio” de Getúlio Vargas, em agosto de 1954.

O governo de Juscelino Kubitschek, se inicia em janeiro de 1956, com forte caráter desenvolvimentista. A sua campanha eleitoral prometia que o país cresceria “50 anos em 5”. Com a forte aposta em aprofundar a industrialização, expandindo a infraestrutura de bens e serviços e garantindo as importações necessárias. De fato, o plano de metas de JK, gerou um crescimento no PIB (Produto Interno Bruto), em específico no PIB industrial, que se mostrou bastante acelerado. Inclusive, o crescimento simultâneo com a ampliação do mercado interno, resultou em uma forte geração de empregos, em especial nos centros urbanos, além disso a expansão do crédito ao consumidor, levou ao aumento do salário mínimo.

Os primeiros reajustes do salário mínimo do governo de Juscelino Kubitschek, foram em agosto de 1956 e o segundo em janeiro de 1959, e se deram de maneira muito semelhante ao governo Vargas, de maneira distinta em diversas regiões. Podemos analisar, o contraste, porém, estes aconteceram de forma a estreitar o hiato entre o maior e o menor salário mínimo.

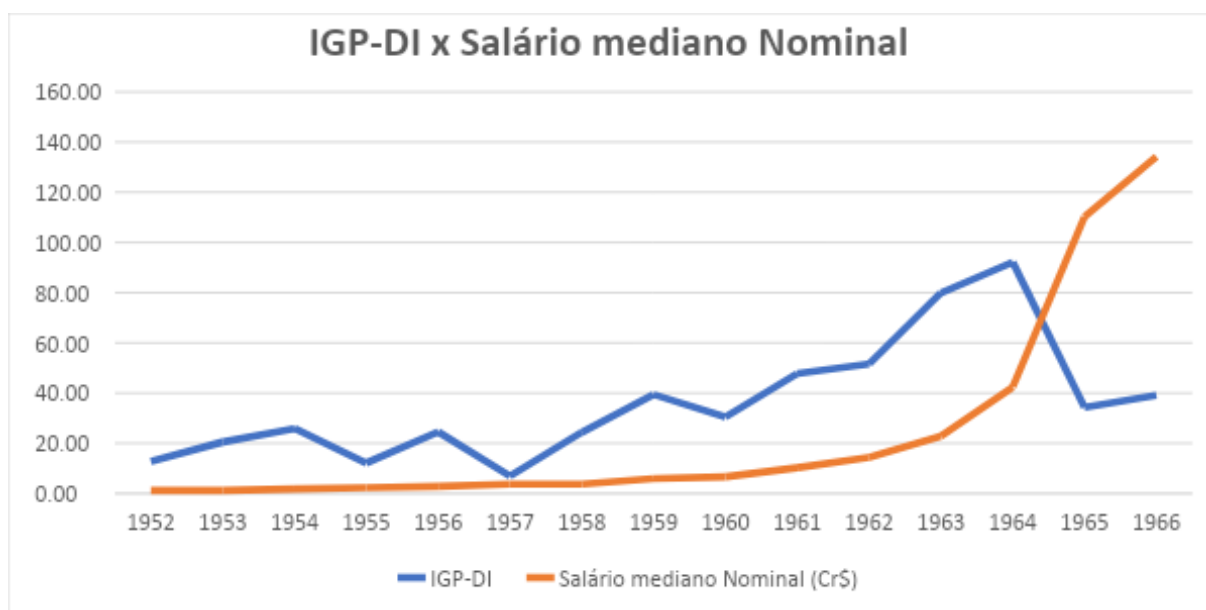
Porém, no período de 1956 e 1958, a inflação corrói os reajustes realizados. A inflação a elevação do salário mediano se mostrou em sentidos opostos neste

período. Em 1956, quanto o crescimento do salário mediano se reduz, a inflação aumenta. O contrário acontece em 1957, repetindo-se o mesmo caso de 1956 em 1958. Durante o período que vai de 1958 a 1961, embora o salário mediano tenha se elevado, este exibiu crescimento abaixo da inflação, o que indica perdas na participação dos trabalhadores na renda.

A partir do ano de 1959, os reajustes passaram a ocorrer anualmente decorrente da aceleração da inflação, com exceção apenas para o ano de 1963, quando não houve reajuste (SABOIA, 1985). O último reajuste do governo JK se deu em outubro de 1960, de forma semelhante para todas as regiões. Porém, apesar do aumento significativo de 60% em termos nominais, em algumas regiões esse reajuste não foi o suficiente para cobrir a alta do custo de vida. Nota-se que a inflação acumulada para os anos de 1959 e 1960, segundo o IGP-DI, já excedia os 80%.

GRÁFICO 1

IGPD-DI e Salário mediano nominal



FONTE: IGP-DI (Ipeadata) x Salário mediano Nominal (Wells, John Drobny, Andrés)

O Governo Jânio Quadros, se iniciou em 31 de janeiro de 1961, nesse ano não houve qualquer reajuste do salário mínimo. Mesmo após ter adotado no início de seu governo um plano econômico anti-inflacionário ortodoxo, análogas às ideologias econômicas liberais da União Democrática Nacional (UDN), partido pelo qual se elegeu, a inflexão à uma estratégia econômica mais desenvolvimentista e a adoção

de uma política externa mais independente desagradou os seus aliados (SILVA,2009). Decorrente dos dados sobre o nível de investimentos e sobre o ritmo de crescimento industrial que se mostravam em recessão.

O presidente Jânio Quadros, perde apoio interno tornando a situação insustentável e passa por uma renúncia precoce no mesmo ano de sua posse. O breve período em que Quadros esteve à frente do governo e “o casuísmo do presidente não permite nem mesmo concluir com segurança o rumo que daria à política do piso nacional” (SILVA,2009, p.71).

A posse do vice-presidente João Goulart só foi possível com as limitações que lhe seriam impostas pelo regime parlamentarista, resultado dos vetos militares, pois eles tentaram impedir sua posse à presidência com argumentos que Goulart tentaria aliar-se à Rússia e a integração ao bloco comunista.

O primeiro reajuste do salário mínimo ocorre um mês após sua posse, em outubro de 1961, do qual foi concedido um aumento de 40% realizado sobre todas as regiões, com exceção de Brasília a nova capital do país desde o ano de 1960, que foi concedido um reajuste de 115,4%, com o intuito de se igualar ao da cidade do Rio de Janeiro, que possuía o maior piso do salário mínimo. No Rio de Janeiro, esse aumento não foi suficiente para a manutenção do poder de compra do salário mínimo. (SABOIA,1985)

Mesmo os reajustes sendo anuais, exceto em 1962, quando não houve alteração. Em janeiro de 1963, ocorreu um novo reajuste. Nesse momento, os percentuais foram diferenciados para cada região do país. Porém, em muitas delas o reajuste não foi suficiente para cobrir a inflação acumulada desde o reajuste anterior. Nesse momento, o custo de vida aumenta e se acelera ainda mais, ultrapassando 80% em São Paulo e Rio de Janeiro.

Já sob regime presidencialista, Goulart realiza o terceiro e último reajuste de seu governo, cenário político que recordava ao do reajuste concedido por Vargas em 1954, decorrente do arrefecimento econômico e menor criação de postos de trabalho. O maior salário mínimo no período foi elevado em 100% enquanto o menor foi 181,7%. Nesse momento, no Rio de Janeiro, a trajetória de perda do poder de compra do

salário mínimo se mantém e o reajuste de 100% não sendo possível equiparar-se ao custo de vida da cidade que era de 122,1%.

Período que se iniciou no segundo governo Vargas e se finaliza com a queda de Goulart, houve uma crescente mobilização da classe operária. Os trabalhadores apresentaram uma participação cada vez maior na fixação maior na fixação dos valores do salário mínimo e tiveram conquistas importantes, como o 13º salário e salário mínimo, foram um dos marcos conquistados no período.

O crescimento econômico também arrefeceu nesse período, o que implicou em menor geração de postos de trabalho. A mobilização dos trabalhadores, no entanto, continuava bastante ativa e começaram a se difundir as negociações diretas (entre entidades sindicais e patronais), sem recurso à Justiça do Trabalho nem intermediação do Ministério do Trabalho. (GOMES, 2002)

O programa de execução das reformas de base do presidente João Goulart depara-se com uma forte resistência nos setores mais conservadores. Dessa forma, Goulart apoia-se em grupos de esquerda, organizando uma ofensiva política, com o intuito de mobilizar a população a seu favor. Em 13 de março de 1964, realizou um discurso com aproximadamente 15 mil pessoas no Comício das Reformas, realizado na estação Central do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, onde reafirmou seu compromisso com as reformas. Essa ofensiva, no entanto, acirra ainda mais a tensão entre o presidente e seus opositores. Em decorrência disso, pouco tempo depois, no dia 1º de abril daquele mesmo ano, foi posto em curso o golpe militar.

A sociedade brasileira atravessou, a partir da posse e precoce renúncia do presidente Jânio Quadros, um período de grande instabilidade, que resultou na interrupção do processo político democrático e na instauração da ditadura militar, em 1964. (LACERDA, 2010 p.159)

CAPÍTULO 2 - EVOLUÇÃO DA POLÍTICA DE SALÁRIO MÍNIMO NO BRASIL DE 1964 a 1995

2.1 – O Milagre Econômico e o crescimento das desigualdades (1964 a 1975)

Com o advento da ditadura militar que vai de 1964 a 1985, o salário mínimo entra em uma nova fase e tem seu valor real profundamente regredido decorrente da extinção das Comissões tripartites em 1964 e a repressão de manifestações dos trabalhadores passam a ser severamente reprimidas quando entra em vigor Ato Institucional nº5 (AI-5), o que impossibilitou de atender o conjunto de necessidades básicas do trabalhador e sua família, conforme estabelecia a legislação geral do mínimo nacional. O valor mínimo deixou de estar vinculado diretamente ao custo de reprodução da força de trabalho (Pochmann, 2005).

Logo nos anos iniciais do governo militar foram criadas leis que retiravam dos atos sociais a gestão das políticas sindical e de salário mínimo, dando total autonomia ao governo para sua execução. Com isso, entre 1965 e 1971, o salário mínimo passou por um período intenso de perda no seu poder de compra.

No governo Castelo Branco a equipe econômica tinha Roberto Campos como ministro do planejamento e Otávio Gouveia de Bulhões no Ministério da Fazenda, que compreendia que a elevação do déficit público, a expansão do crédito e os aumentos salariais aceleração aos incrementos das produtividades eram os principais responsáveis pela aceleração da inflação brasileira na época (SABOIA,1985). Bastian (2012), o diagnóstico. O diagnóstico realizado pelo PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo) apontava três razões principais: déficits públicos, expansão do crédito às empresas e aumentos salariais superiores ao crescimento da produtividade.

Diante disso, o PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo) propôs uma nova fórmula para o reajuste dos salários, do qual passaram a ser corrigidos pela regra que os atualizava segundo a inflação média dos últimos 24 meses somada a um adicional correspondente à expectativa da inflação futura. Porém, a inflação efetiva ficava acima da prevista, essa política ficou em vigor até 1968, quando se introduz o mecanismo que corrigiu tal distorção, a proposta foi uma nova política salarial que não seria destinada a elevar a média dos salários reais, que só poderiam ser elevados através do aumento da produtividade.

Esse momento fica marcado como período de maior perda de poder de compra dos salários. O salário mínimo foi igualmente atingido por essa política de “arrocho salarial” e, mesmo com os reajustes anuais, mostrou perdas significantes.

Embora permanecesse o mecanismo de intervenção do poder público no mercado de trabalho, a política do mínimo, no que se refere à proteção dos trabalhadores de salário de base, esteve distante do atendimento dos objetivos estabelecidos pela legislação de 1940. Nos anos 1965/74, por exemplo, o valor do mínimo registrou uma queda no seu poder aquisitivo de 33,5% atendendo tanto à sustentação de uma base de apoio político do regime militar (pequenos negócios) quanto à composição das medidas ortodoxas de combate à inflação (Pochmann, 2006)

A partir de 1964, o salário mínimo deixa de ter como parâmetro o custo de reprodução do trabalhador e se torna referência “das menores remunerações pagas nas empresas de baixa produtividade e da política anti-inflacionária do governo militar” (Pochmann, 1993, p.223). O autor ainda enfatiza que a queda do valor real do salário mínimo ao mesmo tempo em que representou uma perda de eficácia na regulação do mercado de trabalho, facilitou a sua expansão para demais setores, em especial para o setor rural. Dessa forma, considera-se que o salário mínimo passou nesse período por um processo de universalização excludente.

A política de “arrocho salarial” atingiu todo o mercado de trabalho devido ao fato de regular o teto de reajustes e de estabelecer restrições para os reajustes não só do setor privado, como também do setor público, reduzindo os gastos do governo e aumentando as receitas (ampliação dos impostos e restabelecimento do mercado de títulos públicos).

O salário mínimo também sofreu o impacto da nova legislação salarial. Os reajustes pelos quais passou foram inferiores às taxas de inflação. Eles foram diferenciados, sendo um pouco maiores para os menores níveis, com exceção em 1967 onde a inflação se situou em torno de 25% a.a., isso possibilitou que todos os níveis tiveram reajustes iguais. Ainda, ocorre uma nova redução do número de níveis salariais passando de catorze para nove. (Sabóia, 1985)

No governo Arthur da Costa e Silva (1967/69), se dá a implementação de políticas monetárias expansionistas em paralelo com elevados investimentos públicos em infraestrutura, como forma de fomentar um processo sustentado de

desenvolvimento que teria a indústria como carro-chefe, essa política mudou os rumos da política econômica.

Em 1968, o país começa a apresentar taxas elevadas de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), iniciando o período que ficou intitulado Milagre Econômico. Durante o período de milagre, que teve seu auge final em 1973, o crescimento do PIB tinha uma taxa média de 11,1% a.a., contraste com um crescimento médio de 4,2% a.a., nos anos 1964-67. Para que esse crescimento acelerado ocorresse concomitantemente a taxas da inflação declinantes e relativamente baixas para o padrão brasileiro da época, o governo, além de manter a política de “arrocho salarial”, fez uso de estratégias como controle e administração de preços e subsídios.

O período do Milagre Econômico, em contradição, foi acompanhado da concentração de renda, decorrente da modernização da agricultura baseada na concentração fundiária e da piora dos indicadores sociais, o que gerou algumas críticas pelos autores da época, que ficou conhecido como “Milagre Perverso”.

O Ministro da Fazenda Delfim Netto, avaliava que a concentração de renda permitiria o acúmulo da poupança que seria necessário para fomentar o investimento do setor privado, e a ele foi destinado a autoria da frase mais conhecida durante a ditadura militar “É preciso fazer o bolo crescer para depois reparti-lo”.

De acordo com Souza (1980), ao subestimar a concentração de renda, analisado pelo próprio Ministro da Fazenda Delfim Netto à Carlos Langoni indica queda da participação na renda em oitos decis inferiores no período de 1960 e 1970, enquanto o segundo decil se mantém praticamente estável e o primeiro aumentando em participação superior a 20%.

De acordo com Langoni (1973), o problema da concentração era decorrente do rápido crescimento econômico e posteriormente seria corrigido com o tempo. Em contraponto, Souza (1980), enfatiza que a solução política do conflito social, em 1964, se deu pela adoção de um padrão de acumulação baseado no rebaixamento da taxa de salários e maior abertura das remunerações, porém, tal medida poderia ter sido diferente, sem que houvesse a necessidade de um menor crescimento.

No governo Médici (1969/74), a economia brasileira passou por taxas muito altas de crescimento. O salário mínimo, entretanto, persistiu expondo uma trajetória

declinante, tendo atingido seu valor mínimo em torno de 1974. Dado que os índices inflacionários foram manipulados no período, o salário mínimo sofreu reajustes inferiores ao da inflação. O número de níveis salariais distintos continuou caindo e atingiu apenas cinco níveis no ano de 1972. A relação entre o menor e o maior nível de salário mínimo também declinou, passando para 1,46 em 1973.

2.2 – Leve recuperação dos salário mínimo (1975 a 1983)

Em março de 1974, herda a continuidade do crescimento econômico, tanto no que tange para comprovar o caráter de “continuidade da Revolução”, como nas expectativas da população.

No governo Geisel (1974-1979), é possível analisar que raras são as vezes que se manifesta a respeito das diretrizes econômicas que seu governo seguiria. De acordo com Skidmore (1988, p. 31), a principal preocupação era com a distribuição de renda, uma vez que a renda dos 10% mais ricos havia aumentado significativamente sua parcela na renda: de 40% em 1960 para 47% em 1970; a renda dos 50% mais pobres, por sua vez, havia caído de 17% para 15% no mesmo período (SKIDMORE, 1988).

O objetivo que se colocava, então, era o seguinte: “Uma distribuição de renda mais justa requer um alto crescimento contínuo, para que ninguém perdesse em termos absolutos” (SKIDMORE, 1988, p. 31).

Para o governo estava claro que necessitavam enfrentar o ônus da alta inflacionária e, ao mesmo tempo, buscar atenuá-la. Diante disso, de acordo com o próprio ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, em conjunto com o presidente Geisel, seria necessário investir em uma política econômica anti-inflacionário que seguir-se por “[...] uma linha de austeridade, preservando o equilíbrio do orçamento e a disciplina da política salarial, reduzindo apreciavelmente a taxa de expansão monetária” (SIMONSEN, 1974).

O reajuste dado ao salário mínimo por Geisel em 1974 ainda é insatisfatório, mas encerrou a fase de perda de poder real. Os reajustes voltam a ser anuais (em maio de cada ano) e passam a acompanhar a inflação, com pequenas variações. Nesse momento se inicia então uma nova fase para a política de salário mínimo com a manutenção do seu valor real.

A decisão sobre a taxa percentual de reajuste salarial constituía-se, pois, o principal instrumento à disposição do poder Executivo em sua função de promotor do desenvolvimento social (SIMONSEN, 1975), com o que o governo recuperou o poder real de compra dos empregados de mais baixa remuneração.

Em 1º de agosto de 1975, o presidente Geisel, em pronunciamento na televisão, redefiniu que a distensão não devia ser considerada exclusivamente como conotação política, mas também econômica e social, enfatizando as ações empreendidas até então do II PND.

De fato, constitui distensão a ação que se realiza na área social. As metas do II PND traduzem, em suma, uma política de distensão. São expressões de distensão — perdoem-me a ênfase em repeti-lo — a desvinculação do salário mínimo de implicações monetárias, proporcionando-lhe majoração de 43% este ano; a criação de esquemas para a casa própria aos brasileiros de menor nível de renda; a distribuição gratuita de remédios aos mais necessitados, ao lado de outras providências do maior alcance no âmbito do INPS; a reestruturação do Pis e PASEP, de forma a propiciar mais um salário mínimo anual aos que percebem até cinco salários mínimos (GEISEL, 1975, p. 153).

Em 1979, em resposta ao aumento das manifestações ligada ao movimento reivindicatório dos trabalhadores, o atual governo do presidente João Figueiredo, sancionou um projeto de lei que modificou substancialmente a legislação salarial do país, que instituiu reajustes semestrais além do aumento salarial que deveria ser negociado entre os empregados e os empregadores uma vez ao ano de acordo com o aumento da produtividade. O salário mínimo havia ficado de fora dessa nova legislação, entretanto, em 1980 o governo incorporou o piso legal à nova política salarial (SABÓIA, 1985).

Com a nova lei que passava a reajustar os salários de forma automática e semestralmente. Com a nova legislação, quem recebe até 3 (três) salários mínimos seria contemplado com o reajuste de aproximadamente 110% do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

No parâmetro de 3 (três) a 10 (dez) salários mínimos, a correção seria de 110% do INPC para até 3 salários, entretanto a fração excedente seria reajustada em 100% do INPC. Para os salários acima de 10 SM, seriam idênticos aos salários de 3

e 10 salários mínimos até o limite dos 10 salários mínimos, e posteriormente o reajuste seria de 80% do INPC.

Na década de 1980, apesar da democracia ter sido restabelecida, o novo contexto econômico não se mostrou favorável para a política de salário mínimo, que iniciou uma nova fase de desvalorização real.

O Governo Figueiredo (1979-1985) optou por uma política de ajuste econômico para enfrentar a crise de endividamento externo e incorporou mudanças na política salarial no ano de 1981, estabelecendo um reajuste de 110%, 105% e 100% do INPC para o nível mais baixo, intermediário e mais alto do salário mínimo, respectivamente. Outra mudança ocorrida no período foi a redução dos níveis de salário mínimo. Em 1983, os níveis foram reduzidos para dois, com a unificação dos valores regionais do Norte e do Nordeste. No ano seguinte, foi feita a unificação desses níveis e, dessa forma, passou a vigorar um único valor para o salário mínimo.

Mesmo com a tentativa de manutenção do valor real do salário mínimo ao longo da década de 1980, em consequência das crescentes taxas inflacionárias e a situação econômica do país não se mostraram favoráveis a esta política. Na segunda metade dos anos 1980, o salário mínimo acabou tendo perdas reais significativas.

Decorrente de um cenário de alta inflação e de desemprego crescente, ficava difícil se pensar em uma política de elevação do valor real do salário mínimo. Dessa forma, os anos 1980 configuraram-se em outra década com poucos avanços para a política do salário mínimo.

2.3 – Crise da dívida, hiperinflação e deterioração dos salários (1984 a 1994)

O Brasil não se vê livre da crise externa em decorrência do segundo choque do petróleo em 1979¹, e a decorrência da elevação da taxa de juros no mercado global, que ocasionou em um cenário catastrófico para a América Latina a chamada

¹**Segundo Choque do Petróleo** o corte na venda e distribuição deste item por parte do segundo maior produtor mundial, o Irã, em meio à revolução fundamentalista pela qual passou o país em 1979. A partir de 1979, a economia brasileira sente o impacto do aumento da taxa de juros internacional e do segundo choque do petróleo, ocorrendo, então, a maxidesvalorização de 1979, que causa grande impacto sobre a inflação. Esta ultrapassa os 50% ao ano, chegando, ao final daquele ano, a superar a casa dos três dígitos. O País adota, diante desse quadro de crise, uma política abertamente recessiva, que inclui medidas como as restrições de créditos, aumento de juros, corte nos gastos públicos e alteração da política salarial.

“crise da dívida” em 1980. Ao contrário, a opção pela “marcha forçada”², levou a um aumento da dívida externa e da vulnerabilidade da economia brasileira a alterações na taxa de juros internacional. Como resultado, o país vivenciou uma combinação de estagnação do crescimento e a inflação acelerada, no período que ficou conhecida como “A década perdida”.

Nesse cenário, os reajustes semestrais do salário mínimo se tornam insuficientes à manutenção do seu poder de compra a partir de 1983, ano em que a inflação, segundo o IGP-DI, saltou de 99,7% para 211%. O insucesso de diversos planos econômicos que se sucederam, com a intenção de conter a inflação e o baixo crescimento, sugeriram em reversão das trajetórias tanto no que se referia a recuperação do valor real do salário mínimo, quanto de formalização do mercado de trabalho, travando a ampliação da parcela dos empregados protegidos pelo piso³.

De acordo com o DIESSE de 2010, a relatos que os sindicatos foram atuantes na tentativa de proteger os salários da aceleração inflacionária, mas as reduções da periodicidade dos reajustes do salário mínimo não impediram a sua corrosão.

A despeito de surtos de crescimento e de crise, nesse período, a atividade econômica esteve, grosso modo, estagnada, e o movimento sindical centrava sua ação na tentativa de impedir a corrosão inflacionária dos salários da categoria representada. Até 1985, os reajustes do SM eram semestrais e, a partir de 1986, a periodicidade se reduziu, chegando a mensal, a partir de 1987. Os reajustes mensais prevaleceram em quase todo o período pós-1987 até metade de 1994, com alguns intervalos (como, por exemplo, em 1991), o que não impediu a queda do poder de compra do SM. Isto é, apesar da velocidade dos reajustes, a aceleração inflacionária e as correções para a média derrubaram o poder do SM. (DIESSE,2010, p.106)

Pochamann (1993) ressalta que durante a década de 1980 e os salários novamente foram utilizados como variável de ajuste nos planos de estabilização monetária e salienta o fracasso da Constituição de 1988 em relação à política de salário mínimo.

² A primeira crise do petróleo, em 1973, causada pela guerra do Yom Kippur.

³ Relações formais e informais do mercado de trabalho brasileiro na década de 1980. Pero (1992)

“Mais do que antes, ao longo da década de oitenta, os salários foram salvos exceção, variáveis de ajuste nos planos fracassados de estabilização monetária, bem como de compressão face aos efeitos negativos do processo de hiperinflacionário. Além disso, as tentativas de recuperação do valor do salário mínimo também fracassaram, sem comentar a tentativa realizada pela Constituição de 1988 de resgatar a concepção original do salário mínimo de tipo salário suficiente” (POCHAMANN,1993, p.21).

Foi apenas durante o governo de Itamar Franco em 1993, que o salário mínimo voltou a ser uma preocupação da política pública com o ministro do Trabalho Walter Borelli. O intuito desse governo era valorizar o salário mínimo até que chegasse a um valor correspondente a US \$100,00.

Porém esse plano só foi alcançado em maio de 1995, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) com a estabilização do Plano real, o salário mínimo foi ajustado de R \$70,00 para R \$100,00. Nesse momento ocorre uma retomada da política de salário mínimo, com o objetivo de elevar seu poder de compra.

2.4 – Valorização e recuperação dos salários e o poder de compra dos trabalhadores: Governo FHC (1995 a 2002)

Como visto no capítulo anterior, o salário mínimo foi instituído no Brasil em 1940, com o governo Vargas, como parte de uma política mais ampla de proteção trabalhista. Sua trajetória de valorização não foi contínua. Pelo contrário, passou por momentos de grande perda de poder aquisitivo, decorrente da hiperinflação na década de 1980 e 1990 o seu valor real foi inferior a vários períodos anteriores.

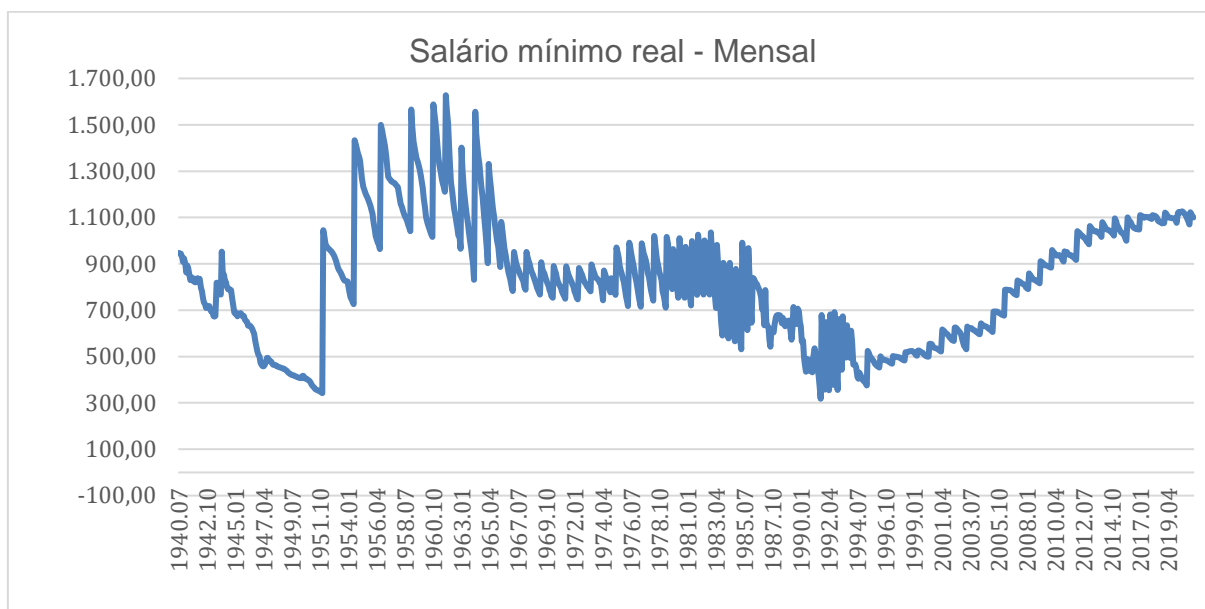
A partir de 1995, passou a registrar um processo sustentado de valorizações constantes. Decorrente do sucesso do Plano Real, o que concerne à estabilização monetária, deu fim ao longo período de corrosão do salário mínimo que, desde então, tem apresentado ganhos reais em quase todos os anos.

De 1995 a 2016, o crescimento real do salário mínimo foi de 134,4%, sendo que entre 1995-2003, ele cresceu a uma taxa de 3,1%a.a., enquanto no período 2004-2010 essa taxa subiu para 6,6% a.a... A valorização recente do salário mínimo pode ser observada no gráfico 2, onde é apresentada a evolução do seu valor desde a sua

criação, em 1940, conforme vimos anteriormente. Nesse gráfico, para os períodos anteriores a unificação, foi considerado sempre o valor mais alto do salário mínimo.

GRÁFICO 2

Salário Mínimo Real Mensal



FONTE: Salário mínimo real (Ipeadata). Elaboração própria.

Durante esse período, o salário mínimo partiu de um valor nominal de R\$100,00 em maio de 1995 para R\$200,00 de abril de 2002, isto é, ele dobrou em termos nominais. Em termos reais, o salário mínimo saiu de R\$244,00 para R\$300,00, isto é, um aumento de 23,2%, o que representa um ganho de poder de compra de 1,6% ao ano durante o período.

Dessa forma, entre os anos de 1995 e 2002, o salário mínimo não apenas manteve seu poder de compra como foi diferente de outros períodos em que teve seu valor corroído pela inflação, como também obteve ganho real.

Se tomarmos como referência o ano de 1994, seu crescimento real até 2005 foi de 62%. Considerando-se o período de dez anos contados a partir de 1995, obtém-se um aumento de 45%. Tal diferença em apenas um ano deve-se ao grande reajuste dado no início de 1995, quando o SM passou a valer R\$100,00. (SABOIA, 2005, p. 272).

Um fator relevante a ser considerado para a valorização do salário mínimo nesse período é a queda da inflação que persiste no país na década dos anos 1990.

Caso a inflação não tivesse sido controlada, o salário mínimo talvez não tivesse apresentado ganhos reais. (Sabóia, 2005).

De acordo com Dedecca e Rosandiski (2006) decorrem que o aumento do salário mínimo durante o período, além de outras medidas adotadas pelo governo como o ajuste do superávit primário real e a busca da elevação do investimento público, mostram o reconhecimento pelo governo dos riscos criados pela política monetária seguida. Dessa forma, parece que os ganhos reais cedidos pelo governo tiveram caráter de compensação da situação precária na qual se encontrava o país e o emprego.

Alguns autores, como Sabóia (2005), Pochmann (2005) e Dedecca (2008), examinaram a questão da redução da desigualdade de renda e o papel da valorização do salário mínimo nesse período.

O índice de Gini⁴ mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos têm o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).

O gráfico 3 mostra a evolução do índice de Gini em comparação ao salário mínimo real e ao rendimento médio do trabalho no período 1995 a 2014. Pode-se notar que houve uma queda do índice de Gini no período, onde o índice teve uma queda de 0,585 para 0,544.

O salário mínimo teve papel fundamental nesse sentido. A elevação de seu valor, associado à queda do rendimento médio foi um dos elementos que contribuiu para a queda da desigualdade.

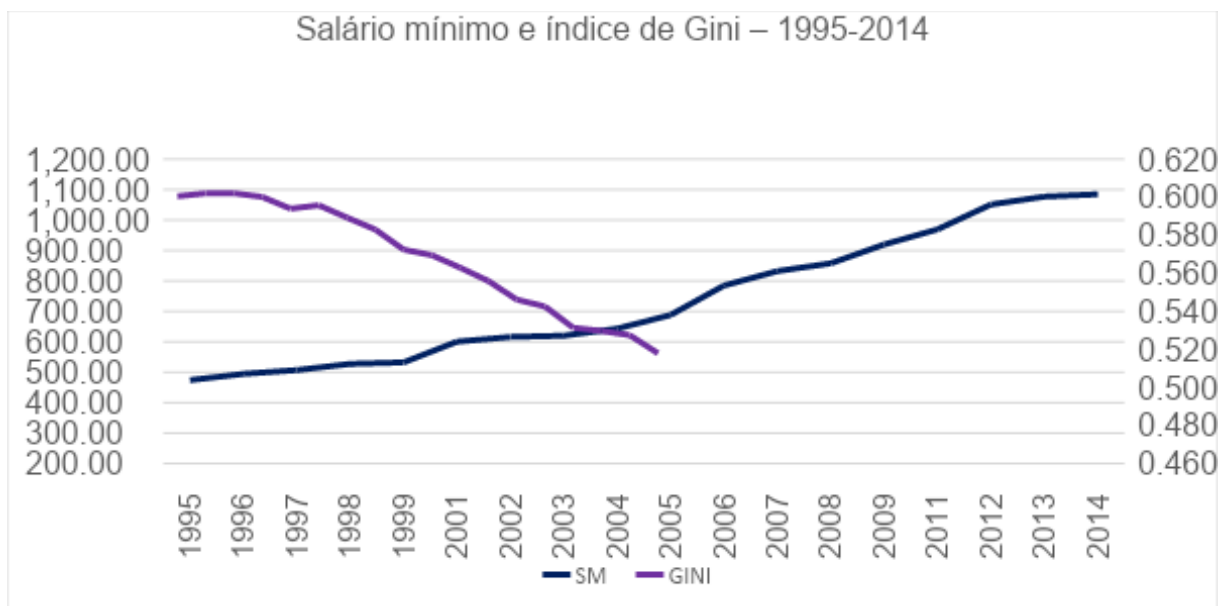
Com relação à distribuição dos rendimentos do trabalho, o índice de Gini baixou de 0,585 para 0,544 entre 1995 e 2005. Segundo a simulação, sem o aumento do SM, ele teria baixado para 0,570, ou seja,

⁴ A CEPAL (2004) argumentava que, desconsiderando-se o décimo superior da distribuição da renda domiciliar per capita, o Brasil teria o melhor indicador de distribuição de renda da América Latina, sendo que, na realidade, tinha o pior entre os países listados. Segundo os dados da CEPAL (2004), o Índice de Gini do Brasil era de 0,639 em 2002 e, abstraindo o décimo mais rico, cairia para 0,447, enquanto o do Uruguai alcançava 0,455 no mesmo ano (CEPAL, 2004, p. 89 e 91). Em 2007, o Gini do Brasil caiu para 0,590, mas ainda era o pior (CEPAL, 2008, p. 98 e 99).

62% da queda poderia ser atribuída ao aumento do SM. (SABOIA, 2005, p.288)

GRÁFICO 3 -

Salário mínimo e Índice de Gini (1995 a 2014)



FONTE: Ipeadata. Salário mínimo real (Ipeadata) x Renda - desigualdade - coeficiente de Gini. Elaboração própria.

Sabóia (2005) distingue que a evolução favorável do salário mínimo em ambos os períodos contribuiu para reduzir as desigualdades de rendimento do trabalho no país, pressionando o piso das remunerações para cima ao mesmo tempo em que a conjuntura geral da economia reduzia o nível médio de remunerações.

Já para Dedecca (2008) enfatiza que a interpretação da redução da desigualdade encontra-se restrita a uma dimensão da distribuição de renda, não se podendo falar do movimento mais geral da distribuição, expresso de modo agregado pelas informações da distribuição funcional da renda, propiciadas pelas Contas Nacionais.

Neste sentido, a dinâmica dos níveis de renda informados pela PNAD encontra-se associada à determinação das políticas públicas de salário mínimo e de previdência ou dos processos de negociação coletiva ou individual. Quanto à dinâmica das rendas relacionadas à propriedade de ativos nada se pode dizer a partir das informações propiciadas pela pesquisa.

De acordo com Pochmann (2005):

A fixação exógena de um limite monetário inferior à estrutura de remuneração dos ocupados no interior do mercado geral de trabalho termina por atuar direta e indiretamente tanto na participação relativa do rendimento dos ocupados com salário de base no conjunto da parcela salarial como na relação de desigualdade intra remuneração do total dos trabalhadores. (Pochmann, 2005, p.215)

No próximo capítulo será debatido com maior profundidade a relação do índice de Gini no momento mais atual e o poder de compra dos trabalhadores.

CAPÍTULO 3 – O SALÁRIO MÍNIMO E SEUS IMPACTOS: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS RECENTES SOBRE O CONSUMO DOS TRABALHADORES

3.1 – A valorização do salário-mínimo: Governo Lula-Dilma (2003 a 2016)

Este terceiro capítulo tem por objetivo analisar a trajetória de recuperação do salário mínimo, no período entre 2003-2016, referente aos dois mandatos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, marcado por uma conjunção de transformações políticas e econômicas, e uma dada correlação de poder, que propiciaram um contexto bastante favorável, dentre elas a política do salário mínimo, caracterizada não somente pela sequência de reajustes do poder aquisitivo do piso nacional, mas, além disso, é de suma importância, a definição e instituição de um critério permanente de valorização. Será analisado o mandato da Presidenta Dilma Rousseff (2011-2015) marcada por uma fase de desaceleração da economia brasileira, a despeito da aparente manutenção do modelo de política econômica desenvolvimentista que sustentou o crescimento.

Será abordada uma breve análise sobre o salário-mínimo x Cesta básica durante os governos FHC, Lula-Dilma e o governo Temer-Bolsonaro.

Durante o período do Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2006) que se compreende no período de 2003 a 2008 e a primeira metade do segundo governo (2007 e 2008). Esse período se caracterizou por uma recuperação expressiva do crescimento econômico, sobretudo a partir de 2004, e decorrente aumento da geração de postos de trabalho com carteira assinada. Além disso, as Centrais Sindicais, através do movimento unitário, lançaram a campanha de valorização do salário-mínimo⁵.(DIEESE, 2008).

Decorrente da maior liquidez internacional no pós 2003, medida da política americana de juros baixos, ampliação do gasto público e do déficit comercial, juntamente à forte demanda da economia chinesa, foi um ponto crucial para o comércio mundial, esse fenômeno pode ser traduzido em melhorias crescentes das nossas exportações, via aumento de preços e quantidades, especialmente em commodities, como em manufaturados, mais competitivas devido ao câmbio

⁵ Nesta campanha, foram realizadas três marchas conjuntas em Brasília com o objetivo de fortalecer, junto ao poder executivo e legislativo, a importância social e econômica da proposta de valorização do salário-mínimo (DIEESE, 2008)

desvalorizado, significando expressivos aumentos dos saldos anuais da balança comercial e em conta corrente.

O aumento das exportações, rebateu positivamente na atividade econômica e, conseqüentemente, na dinâmica da demanda doméstica, reforçada, posteriormente, pelo aumento do crédito às empresas e ao consumidor⁶, pelo programa de transferências de renda Bolsa Família, e pelo movimento de recuperação do salário mínimo acima da inflação, o qual foi favorecido pela gradual ativação da economia, bem como um momento político mais favorável. (Baltar et all., 2009; Baltar, 2010; Baltar et all., 2010; Barbosa & Souza, 2010)

A medida que o ritmo de crescimento da economia e do emprego se manteve, foram nítidos os efeitos positivos sobre as contas públicas⁷ e da previdência⁸, ingredientes favoráveis que realimentam o cenário para a sequência de reajustes do mínimo, rebatendo nos aumentos do salário médio real que, somados aos ajustes dos pisos das categorias como resultado das negociações coletivas da classe trabalhadora⁹, e à ampliação dos empregos formais, implicou em substancial crescimento da massa salarial real, e assim sucessivamente, reproduzindo as condições para o contexto positivo.

O cenário de perspectiva de mudança política e início de recuperação econômica, com maior força em 2005, em conjunto ao crescente esforço das centrais

⁶A concessão de crédito cresceu de forma mais acelerada após 2004, tanto para as empresas como para os consumidores. A recuperação da economia somada à redução relativa da taxa real de juro, bem como a reforma da Lei de Falência, foram fatores fundamentais para a expansão do crédito para pessoa jurídica. Quanto ao crédito ao consumidor, a inovação do crédito consignado aos trabalhadores - por iniciativa da CUT, viabilizando um acordo entre os sindicatos e as instituições financeiras -, posteriormente estendido aos servidores públicos e aos aposentados, aumentou consideravelmente, apesar das altas taxas de juros reais cobradas (Barbosa & Souza, 2010)

⁷ Dados do IBGE, no período entre 2003 e 2006, se verificou um crescimento acumulado do PIB de 14,8%, bem acima dos 8,8% entre 1999 e 2002.

⁸ Segundo Estatística do Ministério da Previdência Social, a variação da arrecadação da Previdência Social entre 2003 e 2006, em termos reais, de cerca de 30%, foi três vezes maior do que a variação ocorrida entre 2000 e 2003, de 9,3%. Ver Evolução anual do valor arrecadado pela Previdência Social, 2000 – 2006. Em: Boletins Estatísticos da Previdência Social – BEPS, de dezembro de 2006.

⁹ Nesta campanha, foram realizadas três marchas conjuntas em Brasília com o objetivo de fortalecer, junto ao poder executivo e legislativo, a importância social e econômica da proposta de valorização do salário mínimo (DIEESE, 2008)

sindicais e em função do empenho dos trabalhadores, foi fundamental para a trajetória de recuperação do poder de compra do salário-mínimo.

Um conjunto de outras propostas e ações, encabeçadas pelas seis maiores centrais sindicais, seguiram avançando, como a continuidade da campanha pela instituição da Comissão Quadripartite do Salário-Mínimo¹⁰ (2005), com o intuito de estabelecer uma política permanente para o mínimo.

Objetivo de propor programa de fortalecimento do salário-mínimo e analisar seus impactos no mercado de trabalho, na Previdência Social e nas políticas de assistência e desenvolvimento social no âmbito do Governo Federal e dos demais entes federativos. (DIEESE, 2009)

Com essa medida, abriu-se a possibilidade do salário-mínimo ser definido através do Congresso, tirando a primazia do governo em definir os rumos da política. A criação da Comissão permitiu o estabelecimento de uma política permanente de valorização do salário mínimo.

Em 2007 (Projeto de Lei nº1/07), a Comissão definiu uma fórmula concreta para os reajustes, onde seria considerando o repasse da inflação do período entre as correções e o aumento real pela variação do PIB de dois anos anteriores, critério que foi definitivamente incorporado em 2007, com aplicação a partir de 2008. Além disso, a proposta incluiu ainda a antecipação em um mês da data base de sua correção.

Diante disso, o salário mínimo passou a ter grande legitimidade na sociedade brasileira. Pois, a importância de sua existência, de um piso legal que atenda às necessidades da população de baixa renda e que estabeleça uma convergência entre ele e o grau de desenvolvimento do país foi reconhecida.

Decorrente dos aumentos negociados ano após ano e, em seguida, regularizados pelo critério de reajuste definido em 2007¹¹, a recuperação do valor real do salário mínimo, somada às elevações dos salários em decorrência das negociações coletivas, num contexto de estabilidade monetária, câmbio valorizado e

¹⁰ Comissão Quadripartite é composta por trabalhadores, empregadores, aposentados e o poder Executivo, representando o governo.

¹¹ Ficou estabelecida a correção considerando a inflação acumulada nos doze meses anteriores ao mês de reajuste, conforme variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC – IBGE, mais a variação do Produto Interno Bruto - PIB de dois anos anteriores. O acordo passou a vigorar a partir de 1º de março de 2008, e seria revisado a cada quatro anos em virtude dos planos plurianuais do governo, com a primeira revisão definida para 2011.

continuidade da ampliação do emprego formal, seguiu de forma positiva o aumento da renda média do trabalho, bem como a renda média das famílias mais pobres, mediante ao aumento dos menores rendimentos do mercado de trabalho, e da valorização do piso dos benefícios previdenciários e assistenciais, e da massa salarial, ainda que resultando em variações menores, comparadas ao período 2003-2006.

A trajetória ascendente do valor real do salário mínimo, teve influência considerável sobre a tendência decrescente da desigualdade da renda do trabalho no período recente, mediante pelo índice de Gini, ver gráfico 2, principalmente para os trabalhadores que compõem a base da pirâmide social, evidente na elevação da participação do mínimo no rendimento médio e mediano do trabalho.

A presidente Dilma Rousseff começou seu governo com uma proposta de continuidade do governo Lula, tinha a esperança de poder reeditar o desempenho de seu antecessor, que combinava taxas relativamente elevadas de crescimento com redução da desigualdade econômica.

Porém ao assumir o governo, a presidente Dilma Rousseff (2011-2014) em seu primeiro mandato, encontra um cenário marcado pelas consequências da mudança do cenário internacional –decorrente da crise do subprime (2008)¹², marcado pela redução do crescimento dos países emergentes, notadamente China e Índia, a crise do euro e a frágil recuperação americana. Adicionalmente, o consumo das famílias também desacelera neste ano.

O reajuste em seu primeiro governo foi realizado com base no Produto Interno Bruto (PIB) dos dois anos anteriores, somados à inflação do ano anterior.

A valorização real do salário mínimo, por sua vez, foi garantida em fevereiro de 2011 por lei que determinou um reajuste anual dado pela soma da inflação do ano anterior e do crescimento do PIB de dois anos antes. Por exemplo, o reajuste em 2012 foi dado pela inflação de 2011 mais o crescimento real do PIB de 2010. A regra garantiu um aumento real médio de 3,0% ao ano entre 2011 e 2014, uma taxa ligeiramente inferior à do período de 2006 a 2010, que foi de 5,9% ao ano. (Carvalho, p.75, 2018).

¹² A crise do subprime foi o resultado do estouro de uma bolha de investimentos massivos em hipotecas nos EUA que cresceram ao longo dos anos 2000. As hipotecas são uma forma de financiamento imobiliário comum nos EUA, em que o imóvel é dado como garantia ao banco caso o tomador não consiga pagar as dívidas. Gerando uma crise mundial.

A moeda teve uma desvalorização significativa, decorrente da desaceleração mundial, podemos observar o fator salário-mínimo/dólar, o salário mínimo era de R\$540,00 com o dólar a R \$1,65, isso resultaria em um salário mínimo de US\$327,27.

Quando ocorre o impeachment o salário mínimo era de R\$880,00 com o dólar a R\$3,23, isso resultaria em um salário mínimo de US\$272,44. Durante o segundo mandato, o salário mínimo passou para US\$212,04. O período também pode ser destacado pelo aumento do desemprego, o que reduziu o poder de compra dos trabalhadores.

O desemprego maior e, conseqüentemente, o poder de barganha menor dos trabalhadores levaram a uma queda de 2,7% no salário real médio. A elevação do desemprego e a queda dos salários de trabalhadores pouco qualificados também se encarregaram de reverter rapidamente a redução da desigualdade salarial conquistada nos anos 2000. (Carvalho, p.84, 2018)

A inflação de 2010, ano anterior à posse de Dilma Rousseff, foi de 5,91%. Enquanto a inflação do primeiro ano de governo, em 2011, foi de 6,50%. Decorrente de um cenário político instável pós-eleições (2014), a inflação em 2015 acumulada fecha nos dois dígitos 10,67%. A inflação acumulada dos últimos doze meses de 2016, quando Dilma Rousseff deixou a Presidência da República foi de 6,29%.

Tabela 1. Salário mínimo vigente, PIB, IGP-DI e IPCA. Brasil, 2011-2016

Período	Salário			
	Mínimo (R\$)	PIB (%)	IGP-DI ¹³	IPCA (%) ¹⁴
2010	510,00	7,5	11,30	5,91
2011	540,00	4	5,00	6,50
2012	622,00	1,9	8,10	5,84
2013	678,00	3	5,52	5,91
2014	724,00	0,5	3,78	6,41
2015	788,00	-3,5	10,70	10,67
2016	880,00	-3,3	7,18	6,29

Tabela 2011/2016

FONTE: Ipeadata. Salário mínimo vigente (Ipeadata), PIB (Produto Interno Bruto), IBGE – Sidra IGP-DI, IPCA. Elaboração própria

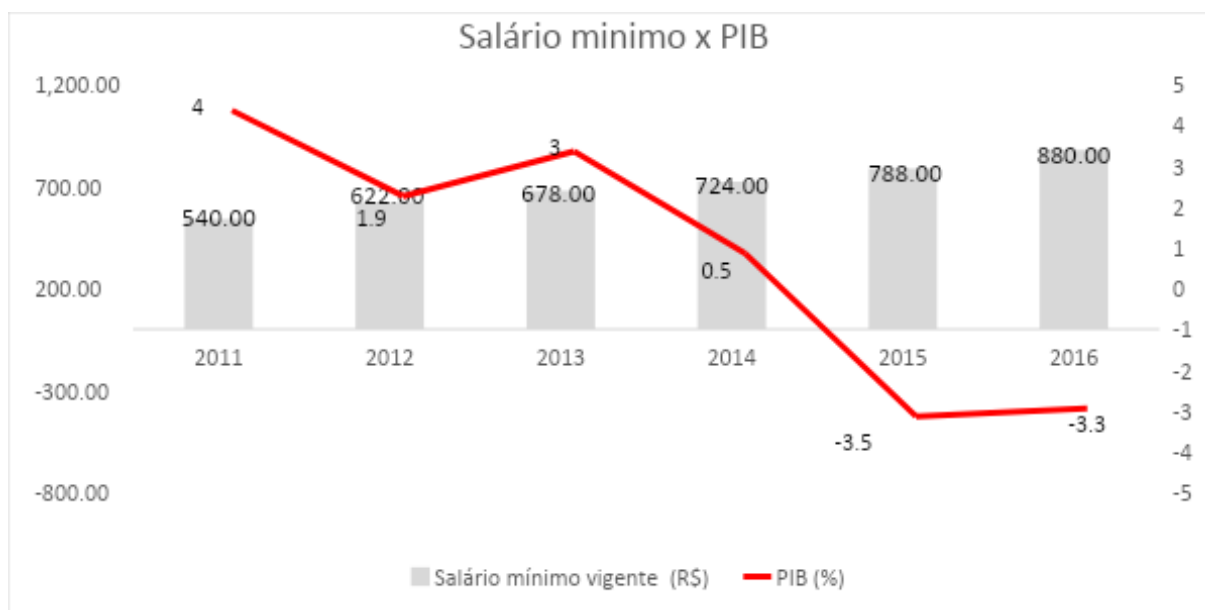
¹³ Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), é um índice que mede a variação de preços da economia brasileira dentro de um período, é um índice que mede a variação de preços da economia brasileira dentro de um período.

¹⁴ Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. Aumento dos preços de produtos e serviços.

No biênio 2015-2016 o país enfrentou uma da pior crise econômica, conforme representação do PIB - ver gráfico 4 -. Além da crise política que culminou no impeachment da presidenta Dilma Rousseff em agosto de 2016.

GRÁFICO 4

PIB x Salário Mínimo



FONTE: Ipeadata. Salário mínimo vigente (Ipeadata), PIB (Produto Interno Bruto), IBGE – Sidra. Elaboração própria

3.2 – Perda de poder de compra e estagnação dos salários-mínimos: Governo Temer-Bolsonaro (2016 a 2021)

Após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, quem passa a governar é o vice-presidente, Michel Temer (2016-2018) que tem como seguimento uma política neoliberalista.

No Governo Michel Temer, foi vivenciado o aprofundamento dos desmontes dos direitos dos trabalhadores iniciado no período neoliberal¹⁵, freado pelo neodesenvolvimenismo na era petista e que retornou com maior intensidade no período, como se pôde ver com a reforma da previdência, a Proposta de emenda

¹⁵Fernando Henrique Cardoso

constitucional¹⁶ e o Projeto de Lei da terceirização¹⁷ em todos os segmentos. Decorrente das pressões do mercado e de seus agentes, que defende os privilégios das elites brasileiras que utilizam do velho argumento de que as desigualdades sociais e as injustiças se resolvem unicamente pelo crescimento econômico¹⁸. Em meio a tantos desmontes, verifica-se que as estratégias de resistência da força de trabalho estão fragilizadas, mas não suprimidas.

Da mesma forma que o neoliberalismo surgiu como uma resposta à crise dos anos 1970, o caminho a ser escolhido hoje definirá o caráter da próxima evolução do capitalismo (HARVEY, 2011, p. 16).

Para agravar ainda mais o contexto, os valores das políticas de transferência de renda e do salário mínimo se mantiveram defasados. Contudo, a retórica utilizada pelo presidente Michel Temer de que o aumento de 4,6% do Bolsa Família¹⁹ não cabia no orçamento contrastar com a sua atitude de sancionar, no mesmo interstício de tempo. Pode-se analisar a semelhança ocorreu com a política de reajuste do salário mínimo, no final do ano de 2017. Temer reajustou o salário mínimo de R\$880,00 para R\$937,00 abaixo do valor autorizado de R\$945,00 reais pelo Congresso ao Orçamento da União.

Além de um grave recuo civilizatório na área social, que será medido pelo índice de Gini. Segundo dados da Pnad/IBGE, a taxa de desocupação atingiu 11,2% da população economicamente ativa, num total de 11,4 milhões de pessoas, em maio de 2016; no primeiro trimestre de 2017 este índice já apresentava 13,7% de pessoas, somando 14,2 milhões de desempregados. Os impactos da contrarreforma trabalhista trouxeram aos primeiros meses de 2018 um quadro ainda mais alarmante.

¹⁶ (PEC 241/2016) Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, com o objetivo de impor limites ao crescimento da despesa primária¹ da União no longo prazo

¹⁷ (PL 4302/98) Dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de trabalho temporário e na empresa de prestação de serviços a terceiros, e dá outras providências. NOVA EMENTA DO SUBSTITUTIVO: Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 03 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências" e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.

¹⁸ Ver - raízes do brasil - Sergio Buarque de Holanda

¹⁹ programa da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc), que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil.

O que se denomina taxa de subutilização da força de trabalho, trabalhadores desempregados; que desistiram de procurar emprego; e aqueles que, devido ao trabalho intermitente e vínculos parciais, encontram-se subocupados, alcança 24,7% da população, num total de 27,7 milhões de pessoas.

Desde a aprovação e implantação da reforma trabalhista no Governo Temer, o mercado de trabalho não deu mostras de recuperação significativa, contradizendo a tese de que o custo elevado do trabalho, decorrente das contas dos encargos sociais, era o principal empecilho para a recuperação do emprego.

Pode-se observar um aumento no grau de informalidade, vulgo, os empregos sem carteira assinada, se manteve elevado e se ampliou as formas de contratos com subutilização explícita.

O atual governo Jair Messias Bolsonaro (2018-atual), pode-se analisar uma trajetória semelhante ao governo anterior Michel Temer (2016-2018), no que tange o salário-mínimo, onde a política pública afetando diretamente a parcela mais pobre da população, as políticas adotadas acabaram com a possibilidade de aumento real da renda. Com a proposta de apenas corrigir o valor pela inflação, o governo Bolsonaro acabou com o ganho real sucessivo ocorrido anualmente desde o início do governo Lula, passando pelo governo Rousseff. A agenda neoliberal tem como foco a flexibilização dos direitos trabalhistas. Foi o que ocorreu com a “Medida Provisória da Liberdade Econômica”, sancionada pelo presidente em 20 de setembro de 2019.

No que se refere ao mercado de trabalho, as políticas adotadas pelo Ministro da Economia e o Presidente da República (Guedes-Bolsonaro), tem se fixado na linha de sua maior desregulação. Dentre elas, podemos citar três pilares que são relevantes: a desidratação adicional dos direitos trabalhistas via carteira de trabalho verde-amarela, a extinção do imposto sindical obrigatório, diminuindo a participação e a proteção dos direitos trabalhistas, e, portanto, da forma tradicional de financiamento dos sindicatos, e, por último, a mudança da regra de reajuste do salário mínimo, substituindo a regra da indexação ao PIB pela correção pela inflação.

Decorrente de um quadro de mercado de trabalho achatado, as mudanças na legislação sindical, com o intuito de criminalizar o movimento, enfraquecem muito as reivindicações contribuindo para um quadro de estagnação dos salários.

Segundo o DIEESE, a quantidade de negociações com aumento de salário pelo menos igual ao INPC, demonstra uma trajetória de redução progressiva, onde apresentou uma queda de 90% em janeiro, para 27% do total em maio de 2019. Segundo Carneiro (2018), na discussão atual das regras de reajuste do salário mínimo, se contrapõem os objetivos fiscais e distributivos.

De acordo com a regra de reajuste pela inflação beneficia a dimensão fiscal, e o reajuste pelo PIB a dimensão distributiva, enquanto a que usa o PIB per capita é intermediária. Em países nos quais a distribuição da renda é melhor, como os europeus, a relação entre salário mínimo e salário médio varia entre 45% e 50%. No Brasil está em torno de 38%.

Diante disso, vamos analisar a trajetória necessária obtido o valor da cesta, é feito o cálculo das horas que o trabalhador que ganha salário mínimo precisa trabalhar para comprar a Cesta Básica Nacional em 2011 e 2015. Para isso, divide-se o salário mínimo vigente pela jornada de trabalho adotada na Constituição (220 horas/mês, desde outubro de 88). Aplica-se então, a seguinte fórmula:

$$\text{Salário Mínimo}/220 = \text{Custo da Cesta}/X$$

$$X = (\text{Custo da Cesta}/\text{Salário Mínimo}) \times 220$$

$$X_{2015} = (327,03/788,00) \times 220$$

$$X_{2015} = 91,3 \text{ horas}$$

O trabalhador tinha que cumprir 113 horas de trabalho mensais em 2011 para suprir suas necessidades de alimentação básica ante 91 horas em 2015. De acordo com a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), realizada pelo DIEESE, demonstrou-se que a alimentação representa 35,71% das despesas das famílias. Comparando-se o custo familiar da alimentação (a maior razão multiplicada por 3), com a parcela orçamentária das famílias, pode-se inferir o orçamento total, capaz de suprir também, as demais despesas como habitação, vestuário, transporte etc. Faremos uma simulação para se ter ideia de qual deveria ser o salário mínimo necessário para suprir uma família de 4 pessoas.

$$\text{C.F.A.} = 3 \times \text{C.C.}$$

$$\text{C.F.A.}/X = 0,3571/1,0000$$

$$0,3571 \times X = \text{C.F.A.}$$

$$X = \text{C.F.A.}/0,3571$$

Onde:

C.F.A. = Custo Familiar de Alimentação e C.C. = Custo da Cesta Básica

$$\text{C.F.A.}_{2015} = 4 \times 327,75 = 1311,00$$

$$X = \text{C.F.A} / 0,3571$$

$$X_{2015} = 1311 / 0,3571$$

$$X_{2015} = \$ 3.671,24$$

A partir deste cálculo, que tem por base o valor da cesta básica no município, a renda familiar deveria ser de R \$3.671,24 (três mil seiscentos e setenta e um reais e vinte e quatro centavos).

Em vista dos números apresentados na tabela 2, pode-se analisar que a cesta básica teve uma trajetória de alta em todo o período abordado, ao comparar o ano de 2002 com 2003 temos um aumento no valor mínimo necessário 376%, com os valores anuais do custo da cesta básica apurados em R\$85,00, e R\$129,21, respectivamente.

A pesquisa apontou que no mês de outubro de 2021, quando a cesta básica apresentou o maior custo para o consumidor, o salário mínimo deveria ser de R\$5.583,87, contra R\$673,45 (valor vigente na data). O tempo médio necessário para adquirir os produtos da cesta, ficou em 115 horas e 02 minutos, maior do que o apresentado em 2018, 98 horas e 41 minutos, 17horas a mais que no começo de seu mandato.

O DIEESE estima que o salário mínimo necessário deveria ser equivalente a R\$ 5.657,66, o que corresponde a 5,14 vezes o piso nacional vigente, de R\$ 1.100,00. O cálculo é feito levando em consideração uma família de quatro pessoas, com dois adultos e duas crianças. O valor do mínimo necessário deveria ser de R\$ 5.583,90, ou 5,08 vezes o piso em vigor. (DIEESE,2021)

Pode-se analisar paralelamente ao aumento da cesta básica, a elevação da desigualdade social, decorrente da perda do poder de barganha dos trabalhadores, sintomas da perda de benefícios trabalhistas e sociais, ocasionando a diminuiu da

renda e do trabalho. Analisa-se que o índice apresentou uma trajetória crescente do qual saltou para 0,627 no primeiro trimestre de 2019, contra 0,625 de um ano antes, renovando o recorde histórico. Cabe recapitular que quanto mais perto de 1, maior é a concentração de renda. O aumento no intervalo foi de igual magnitude entre a crise anterior, de 2015, até o início de 2020.

GRÁFICO 5

Índice de Gini da renda do trabalho domiciliar per capita



FONTE: FGV IBRE.

Diante do que foi analisado, com base no Pnad cerca de 48 milhões de brasileiros com mais de 14 anos têm sua renda referenciada ao salário mínimo. Um grupo bastante abundante do qual cerca de 23 milhões, são remunerados com salário mínimo e recebem seus rendimentos das transferências do setor público, ou seja, da previdência e/ou assistência social.

A conclusão desses dados é a de que seria crucial manter o caráter distributivo da regra o que é pouco provável. Diante do conjunto de mudanças no salariais e regulatórias, no mercado de trabalho deve conduzir a uma maior precarização do emprego, acompanhado de reconcentração da renda e pouco crescimento da massa salarial e, certamente a aumentos de salários por baixo da produtividade. A lógica do desmonte do atual governo Jair Bolsonaro (2018-atual) leva inclusive o governo a desconsiderar os impactos potenciais da adoção das novas tecnologias digitais sobre

o emprego e o mercado de trabalho, em particular para os trabalhadores menos qualificados, o que ocasionará uma parcela maior dos desalentados.

Considerações Finais

O salário mínimo é resultado de um longo processo de luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e contra a exploração de sua força de trabalho por parte dos empregadores. Ele passou a ganhar força após a Primeira Guerra Mundial, com a intensificação de movimento de internacionalização do Direito do Trabalho e reparação de injustiças sociais.

O processo de imigração de operários europeus no Brasil na primeira metade do século XX foi primordial para o rompimento de um passado escravista e a formação de uma identidade ativa para o trabalhador com uma maior organização de classe, diante disso o período de intensa luta dos operários por melhores condições de trabalho. Em 1940, com uma classe operaria, mais forte o salário mínimo pode ser instituído no país.

Segundo a OIT, o salário mínimo possui a função de proteger a família dos trabalhadores situados na base da pirâmide salarial, garantindo condições mínimas de subsistência.

O salário mínimo existe no país há 80 anos, mas apenas nos anos de 1995-2011 pode-se considerar o salário mínimo como sendo uma política que tem se mostrado de grande importância para a sociedade brasileira. O objetivo principal deste estudo foi mostrar a trajetória do salário mínimo no Brasil e o impacto de um processo de valorização no período de 1995-2008 e da política recente de desvalorização nos rendimentos advindos do trabalho.

Diante disso, teve como objetivo fornecer um panorama geral e histórico da política de salário mínimo no mundo, desde as primeiras iniciativas até a atualidade

O primeiro capítulo fez uma síntese do sistema salarial, de algumas teorias da determinação dos salários e do poder de barganha existente na sua composição. O intuito desse capítulo foi trazer elementos para entender a importância do estado interferir na questão salarial com o objetivo de assegurar rendimentos mínimos ao trabalho que lhe garantam a sobrevivência. O capítulo também procurou explorar a política de salário mínimo no Brasil, apresentando o histórico desde sua instituição até o golpe militar.

O segundo capítulo, tratou da abrangência do salário mínimo no período do golpe militar de 1964. Percebe-se que a partir desse período, o salário mínimo perdeu a concepção de salário suficiente. A sua desvalorização se deu, primeiramente com o Plano de Estabilização do PAEG e depois da adoção de um padrão de acumulação compatível com o rebaixamento da taxa de salários e maior abertura do leque de remunerações e, posteriormente, no período de 1983-1995, devido à sua utilização como variável de reajustes num período de alta inflação e implantação de uma série de planos de estabilização monetária, todos eles fracassados até o ano de 1994.

O último capítulo buscou explorar a política de salário mínimo no Brasil, apresentando o histórico desde 2002 até o momento atual. Durante o começo dos anos 2000 até o ano de 2020, a evolução do poder de compra do salário mínimo no Brasil ficou dependente de decisões pontuais dos governos e, portanto, descreveu uma trajetória bastante heterogênea, apresentando períodos de alguma valorização e períodos intensos de desvalorização no período mais recente. Apenas no período mais recente, essa situação começou a se alterar e começaram a se formar condições que possibilitaram a ocorrência da política de desvalorização decorrente de ideias neoliberais pós golpe (2016).

Embora existam leis legais para a continuidade de um período da política de valorização, ela foi desconsiderada partindo do congresso leis que possibilitaram o desmonte de sindicatos e condições favoráveis do trabalhador, abandonando o legado de valorização dos salários dos trabalhadores, corrigindo apenas com o mínimo.

Pode-se observar que capítulo segundo e terceiro trazem o índice de Gini, houve um achatamento dos rendimentos em torno do salário mínimo, indicando uma melhor distribuição dos rendimentos do trabalho durante o período de 1996-2011. A análise do índice de Gini também permite concluir que, no período, os rendimentos do trabalho passaram a ter uma distribuição mais igualitária no período. Porém houve um retrocesso no segundo governo Dilma Rousseff (2014-2016) e um aprofundamento durante o ano de 2020, decorrente da pandemia (Covid-19).

Portanto, a política do salário mínimo torna-se fundamental para a valorização constante dos rendimentos advindos do trabalho e para a distribuição mais igualitária do desenvolvimento econômico do país, tornando-se assim, ferramenta fundamental

para o desenvolvimento social, além de ser ferramenta fundamental para o fortalecimento do mercado consumidor interno, decorrente do multiplicador de renda.

A política de salário mínimo é, portanto, um instrumento fundamental de política pública para o combate à pobreza, à desigualdade social e à desestruturação do mercado de trabalho. O atual governo encontra-se em um período conturbado decorrente do estrangulamento dos direitos trabalhistas e de uma crise mundial.

Dessa forma, é importante reforçar a importância do salário mínimo e gerando o multiplicador do mercado consumidor internos para as melhorias na distribuição de renda, seja ela do trabalho, individual (uberização e outros rendimentos) ou domiciliar per capita. A manutenção da política da valorização do salário mínimo é fundamental não apenas para que se consiga garantir proteção à família do trabalhador, segundo os preceitos constitucionais, mas para que o país consiga sair da armadilha de uma estrutura produtiva de baixos salários e do profundo quadro de desigualdade em que se encontra decorrente de políticas de desmonte de direitos e de uma crise de estagnação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- _____. Panorama Social de América Latina 2008. Santiago de Chile: CEPAL, 2008.
- BALTAR, P. E. A.; SANTOS, A. L.; KREIN, J. D.; LEONE, E.; PRONI, M. W.; MORETTO, J. A.; MAIA, A. G. & SALAS, C. **Trabalho no governo Lula; uma reflexão sobre a recente experiência brasileira**. Global Labour University Working Papers. Paper nº 9, maio de 2010.
- BARBOSA DE OLIVEIRA, C. A. Formação do Mercado de Trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, M. A. (org.) Economia & Trabalho. Campinas: IE/UNICAMP, 1998.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 1997.
- CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira: Do boom ao caos econômico**. São Paulo 2018.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Panorama Social de América Latina 2004**. Santiago de Chile: CEPAL, 2004.
- DEDECCA, C., ROSANDISKI, E. BARBIERI, C. V. e JUNGBLUTH, A. **Salário Mínimo, Benefício Previdenciário e as Famílias de Baixa Renda**. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP. Caxambu – MG, 2006
- DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Política de Valorização do Salário Mínimo: Aplicação da MP 421 em 1º de março**. Nota Técnica Nº 62, março de 2008.
- DIEESE. **Cinquenta anos de salário mínimo** – São Paulo, DIEESE, 16 jul. 1990.
- DIEESE, **A importância da política de valorização do salário mínimo e a urgência de renová-la**. Nota Técnica Nº 205, abril de 2019.
- DIEESE, **Salário Mínimo no Brasil: A luta pela valorização do trabalho**. LTR/DIEESE São Paulo, 2015.
- DIEESE, **Salário Mínimo: Instrumento de combate à desigualdade**. São Paulo, Ford Foundation, 2010.
- DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Em agosto, custo da cesta aumenta em 13 cidades**. Nota a imprensa, setembro de 2021.
- FGV, **Desigualdade de renda no Brasil bate recorde, aponta levantamento**. FGV IBRE. 22/05/2019 Disponível em <=> Acesso em: 20/11/2021
- GIANNOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- GOMES, Angela Maria de Castro. **Cidadania e direitos do trabalho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996

ILO, Global Wage Report 2008/2009: **Minimum wages and collective bargaining Towards policy coherence**: Geneva: International Labour Office, 2008.

LACERDA, A.C. de et al. **Economia brasileira**. 4ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MARTINS, Rodrigo. **O emprego formal desaparece, a pobreza e a desigualdade avançam**. Carta Capital. 17/01/2018. Disponível em <> Acesso em: 07/11/2021

MARTINS, Rodrigo. **O emprego formal desaparece, a pobreza e a desigualdade avançam**. Carta Capital. 28/07/2017. Disponível em: <=>. Acesso em: 07/11/2021

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do trabalho**. 25 ed. São Paulo, Atlas 2009.

Mota, Adriano. **I Conferência sobre as Comunidades Brasileiras no Exterior**. Brasília 2009

POCHMANN, M. **Ciclos do Valor do Salário Mínimo e seus Efeitos Redistributivos no Brasil**. Campinas, CESIT-IE/UNICAMP, 2005.

POCHMANN, M. Ciclos do Valor do Salário Mínimo e seus Efeitos Redistributivos no Brasil. Campinas, CESIT-IE/UNICAMP, 2005.

PRADO JR, Caio., **A revolução brasileira**. 4. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

SABÓIA, J. **Efeitos do salário mínimo sobre a distribuição de renda no Brasil no período 1999/2005** – resultados de simulações, *Econômica*, 9(2), Niterói: UFF, 2007.

SABÓIA, J. Salário Mínimo e Mercado de Trabalho no Brasil no Passado Recente. In: BALTAR, P. et all. **Salário Mínimo e Desenvolvimento**. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Campinas, 2005.

SABOIA, João. **Salário Mínimo**. A Experiência Brasileira, L&PM, Porto Alegre, 1985.

SERRANO, F.; SUMMA, R. (2012). **“A desaceleração rudimentar da economia brasileira desde 2011”**, OIKOS (Rio de Janeiro), Vol. 11, n.2.

SERRANO, F.; SUMMA, R. (2014). **Notas sobre a desaceleração rudimentar da economia brasileira**. In: Sa Earp, F.; Bastian, E.; Modenesi, A. (Org.). **Como vai o Brasil? A Economia Brasileira No Terceiro Milênio**. 1ed.: 2014.

SERRANO, F.; SUMMA, R. (2015). **“Aggregate demand and the Slowdown of Brazilian Economic Growth from 2011-2014”**, en CEPR, agosto de 2015.

Silva, Edvaldo Fernandes da. **Salário mínimo: a desindexação entre a norma, o fato e o valor**. Rio de Janeiro, Câmara dos Deputados 2009.

SIMONSEN, Mario Henrique. **Nota sobre o problema inflacionário em 1974**. Arquivo Geisel. CPDOC. Dossiê EG/pr 1974.03.28 (I-4). Despacho sem data [1974].

SIMONSEN, Mario Henrique. **Nota sobre o problema inflacionário em 1974**. Arquivo Geisel. CPDOC. Dossiê EG/pr 1974.03.28 (I-4). Despacho sem data [1974].

Singer, Paul. **A postura desse governo foi extremamente conservadora: solicito para a classe capitalista, duro para as classes trabalhadoras. A crise do milagre.** 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SKIDMORE, Thomas E. **A lenta via brasileira para a democratização: 1974–1985.** In: STEPAN, Alfred (Org.). Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 27–82.

SKIDMORE, Thomas E. **A lenta via brasileira para a democratização: 1974–1985.** In: STEPAN, Alfred (Org.). Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 27–82.

SMITH, Adam. **Os Economistas. A riqueza das Nações.** São Paulo, Editora Nova Cultura, 1996.

SOUZA, P. R. e BALTAR, P. E. **Salário Mínimo e Taxa de Salários no Brasil.** Revista Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro, 1979

SOUZA, P. R. e BALTAR, P. E. **Salário Mínimo e Taxa de Salários no Brasil. Revista Pesquisa e Planejamento Econômico.** Rio de Janeiro, 1979

Wells, John & Drobny, Andrés. **A Distribuição da renda e o salário mínimo no Brasil: uma revisão crítica da literatura existente.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). São Paulo, 1982